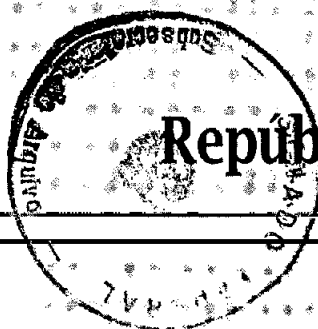
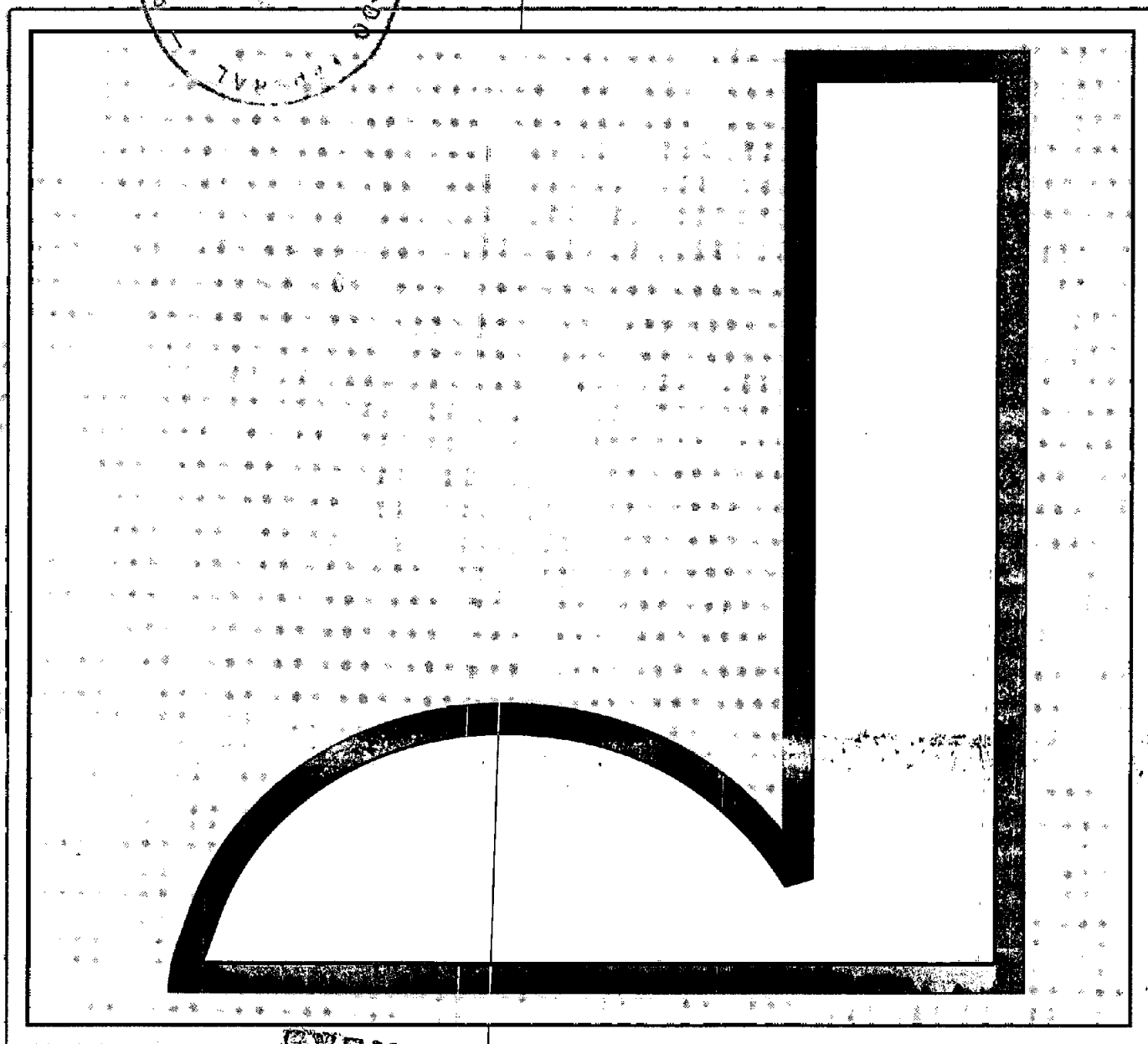


EXEMPLAR ÚNICO



República Federativa do Brasil



EXEMPLAR ÚNICO

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LIII-Nº 081

SÁBADO, 23 DE MAIO DE 1998

BRASÍLIA-DF

MESA		
<p>Presidente <i>Antonio Carlos Magalhães - PFL - BA</i></p> <p>1º Vice-Presidente <i>Geraldo Melo - PSDB - RN</i></p> <p>2ª Vice-Presidente <i>Júnia Marise - Bloco - MG</i></p> <p>1º Secretário <i>Ronaldo Cunha Lima - PMDB - PB</i></p> <p>2º Secretário <i>Carlos Patrocínio - PFL - TO</i></p>		<p>3º Secretário <i>Flaviano Melo - PMDB - AC</i></p> <p>4º Secretário <i>Lucídio Portella - PPB - PI</i></p> <p>Suplentes de Secretário <i>1ª Emília Fernandes - Bloco - RS</i> <i>2º Lúdio Coelho - PSDB - MS</i> <i>3º Joel de Hollanda - PFL - PE</i> <i>4ª Marluce Pinto - PMDB - RR</i></p>
<p>CORREGEDORIA PARLAMENTAR Corregedor(1) <i>Romeu Tuma - PFL - SP</i> Corregedores Substitutos(1) <i>Ramez Tebet - PMDB - MS</i> <i>Joel de Hollanda - PFL - PE</i> <i>Lúcio Alcântara - PSDB - CE</i></p>		<p>PROCURADORIA PARLAMENTAR Procuradores(2) <i>Nabor Júnior - PMDB - AC</i> <i>Djalma Bessa - PFL - BA</i> <i>Emília Fernandes - Bloco - RS</i> <i>José Ignácio Ferreira - PSDB - ES</i> <i>Lauro Campos - Bloco - DF</i></p>
LIDERANÇAS		
<p>LIDERANÇA DO GOVERNO</p> <p>Líder <i>Elcio Alvares - PFL - ES</i></p> <p>Vice-Líderes <i>José Roberto Arruda - PSDB - DF</i> <i>Vilson Kleinübing - PFL - SC</i> <i>Ramez Tebet - PMDB - MS</i> <i>Romeu Tuma - PFL - SP</i></p> <p>LIDERANÇA DO PFL</p> <p>Líder <i>Hugo Napoleão</i></p> <p>Vice-Líderes <i>Edison Lobão</i> <i>Francelino Pereira</i> <i>Gilberto Miranda</i> <i>Rômero Jucá</i> <i>Romeu Tuma</i> <i>Júlio Campos</i></p>	<p>LIDERANÇA DO PMDB</p> <p>Líder <i>Jader Barbalho</i></p> <p>Vice-Líderes <i>Nabor Júnior</i> <i>Gerson Camata</i> <i>Carlos Bezerra</i> <i>Ney Suassuna</i> <i>Fernando Bezerra</i> <i>Gilvan Borges</i></p> <p>LIDERANÇA DO BLOCO DE OPOSIÇÃO</p> <p>Líder <i>Eduardo Suplicy</i></p> <p>Vice-Líderes <i>Sebastião Rocha</i> <i>Antonio Carlos Valadares</i> <i>Roberto Freire</i> <i>José Eduardo Dutra</i></p>	<p>LIDERANÇA DO PSDB</p> <p>Líder <i>Sergio Machado</i></p> <p>Vice-Líderes <i>Osmar Dias</i> <i>Jefferson Péres</i> <i>José Ignácio Ferreira</i> <i>Coutinho Jorge</i></p> <p>LIDERANÇA DO PPB</p> <p>Líder <i>Epitácio Cafeteira</i></p> <p>Vice-Líderes <i>Leomar Quintanilha</i> <i>Esperidião Amin</i></p> <p>LIDERANÇA DO PTB</p> <p>Líder <i>Odacir Soares</i></p>

(1) Reeleitos em 2-4-97.

(2) Designação: 16 e 23-11-95.

Atualizada em 5-5-98

EXPEDIENTE	
<p><i>Agaciel da Silva Maia</i> Diretor-Geral do Senado Federal <i>Claudionor Moura Nunes</i> Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações <i>Júlio Werner Pedrosa</i> Diretor da Subsecretaria Industrial</p>	<p><i>Raimundo Carneiro Silva</i> Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal <i>Marcia Maria Correa de Azevedo</i> Diretora da Subsecretaria de Ata <i>Denise Ortega de Bacer</i> Diretora da Subsecretaria de Taquigrafia</p>

Impresso sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal. (Art. 48, nº 31, RISF)

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 - ATA DA 53ª SESSÃO NÃO-DELIBERATIVA, EM 22 DE MAIO DE 1998

1.1 - ABERTURA

1.2 - EXPEDIENTE

1.2.1 - Mensagem do Presidente do Senado no exercício da Presidência da República

Nº 160, de 1998 (nº 600/98, na origem), de 20 do corrente, restituindo autógrafos do Projeto de Lei da Câmara nº 9, de 1998 (nº 4.369/98, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que cria a Gratificação de Desempenho de Atividade de Ciência e Tecnologia - GDCT, e dá outras providências, sancionado e transformado na Lei nº 9.638, de 20 de maio de 1998.

1.2.2 - Pareceres

Nº 288, de 1998, da Comissão Diretora, sobre o Projeto de Resolução nº 28, de 1998, que autoriza o Estado do Rio Grande do Norte a contratar operação de refinanciamento de sua dívida, consubstanciada no contrato de confissão, promessa de assunção, consolidação e refinanciamento de dívidas, celebrado com a União, em 26 de novembro de 1997, no âmbito do Programa de Apoio à Reestruturação e ao Ajuste Fiscal dos Estados (Redação final).

Nº 289, de 1998, da Comissão Diretora, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 142, de 1995, que cria o Programa de Estímulo ao Primeiro Emprego - PEPE e dá outras providências (Redação final).

1.2.3 - Comunicação da Presidência

Recebimento do Recurso nº 3, de 1998, interposto no prazo regimental, no sentido de que seja submetido ao Plenário o Projeto de Lei do Senado nº 146, de 1996, de autoria do Senador Joel de Hollanda, que dispõe sobre o regime tributário, cambial e administrativo das Zonas de Processamento de Exportação, e dá outras providências. Abertura do prazo de cinco dias úteis para recebimento de emendas à matéria.

1.2.4 - Discursos do Expediente

SENADOR LÚDIO COELHO - Satisfação com o posicionamento das lideranças da CUT e dos partidos de oposição, referente à manutenção da lei e da ordem em manifestações populares.

SENADOR JEFFERSON PÉRES - Conclamação das oposições para o diálogo, visando delinear um pensamento ideológico claro, apontando caminhos alternativos. Repúdio à exploração demagógica dos problemas que assolam o País.

SENADOR GERALDO MELO - Comentários aos pronunciamentos dos Senadores Lúdio Coelho e Jefferson Péres. Necessidade de reformulação do critério de elaboração do Orçamento da União. Defesa da modernização do Estado brasileiro.

1.2.5 - Ofícios

Nºs 1.584 e 1.585/98, de 21 do corrente, do Líder do PSDB na Câmara dos Deputados, de substituições de membros nas Comissões Mistas destinadas a apreciar as Medidas Provisórias nºs 1.623-32 e 1.626-52, de 1998, respectivamente.

1.2.6 - Discurso encaminhado à publicação

SENADOR JÚLIO CAMPOS - Análise da conjuntura econômica e social brasileira, com ênfase na questão da educação.

1.3 - ENCERRAMENTO

2 - DISCURSO PRONUNCIADO EM SESSÃO ANTERIOR

Do Senador Bernardo Cabral, proferido na sessão de 20 de maio de 1998 (republicação).

3 - AGENDA CUMPRIDA PELO PRIMEIRO VICE-PRESIDENTE, NO EXERCÍCIO DA PRESIDÊNCIA DO SENADO FEDERAL, SENADOR GERALDO MELO, EM 21 e 22-5-98

4 - ATOS DO PRESIDENTE

Nºs 31 e 32, de 1998 (Republicação).

5 - ATOS DO DIRETOR-GERAL

Nºs 919 e 920, de 1998.

6 - CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

7 - COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

8 - COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL (REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA)

9 - CONSELHO COMPOSTO NOS TERMOS DA RESOLUÇÃO Nº 1, DE 1998-CN, E COMISSÃO DE JULGAMENTO

09150

09150

09151

09152

09152

09153

09156

09160

09160

09162

09170

09171

09172

Ata da 53ª Sessão Não Deliberativa em 22 de maio de 1998

4ª Sessão Legislativa Ordinária da 50ª Legislatura

Presidência dos Srs.: Geraldo Melo, Lúdio Coelho e Jefferson Péres.

(Inicia-se a sessão às 9 horas)

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – Declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Lúdio Coelho, procederá à leitura do Expediente.

É lido o seguinte:

EXPEDIENTE

MENSAGEM

DO PRESIDENTE DO SENADO NO EXERCÍCIO DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

Nº 160, de 1998 (nº 600/98, na origem), de 20 do corrente, restituindo autógrafos do Projeto de Lei da Câmara nº 9, de 1998 (nº 4.369/98, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que cria a Gratificação de Desempenho de Atividade de Ciência e Tecnologia – GDCT, e dá outras providências, sancionado e transformado na Lei nº 9.638, de 20 de maio de 1998.

(Será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.)

PARECERES

PARECER Nº 288, DE 1998

(Da Comissão Diretora)

Redação final do Projeto de Resolução nº 28, de 1998.

A Comissão Diretora apresenta a redação final do Projeto de Resolução nº 28, de 1998, que autoriza o Estado do Rio Grande do Norte a contratar operação de refinanciamento de sua dívida, consubstanciada no contrato de confissão, promessa de assunção, consolidação e refinanciamento de dívidas, celebrado com a União, em 26 de novembro de 1997, no âmbito do Programa de Apoio à Reestruturação e ao Ajuste Fiscal dos Estados.

Sala de Reuniões da Comissão, 22 de maio de 1998. – **Geraldo Melo**, Presidente – **Júlia Marisé**, Relatora – **Carlos Patrocínio** – **Lúdio Coelho**.

ANEXO AO PARECER Nº 288, DE 1998

Faço saber que o Senado Federal aprovou, e eu, Presidente, nos termos do art. 48, item 28, do Regimento Interno, promulgo a seguinte

RESOLUÇÃO Nº , DE 1998

Autoriza o Estado do Rio Grande do Norte a contratar operação de refinanciamento de sua dívida, consubstanciada no contrato de confissão, promessa de assunção, consolidação e refinanciamento de dívidas, celebrado com a União, em 26 de novembro de 1997, no âmbito do Programa de Apoio à Reestruturação e ao Ajuste Fiscal dos Estados.

O Senado Federal resolve:

Art. 1º É o Estado do Rio Grande do Norte autorizado a contratar operação de refinanciamento de sua dívida, consubstanciada no contrato de confissão, promessa de assunção, consolidação e refinanciamento de dívidas celebrado com a União, em 26 de novembro de 1997, no âmbito do Programa de Apoio à Reestruturação e ao Ajuste Fiscal dos Estados.

Art. 2º A operação de crédito referida no artigo anterior terá as seguintes condições financeiras:

I – valor da dívida a ser adquirida pela União: R\$57.272.678,32 (cinquenta e sete milhões, duzentos e setenta e dois mil, seiscentos e setenta e oito reais e trinta e dois centavos). Deste valor será deduzida a parcela de R\$792.756,95 (setecentos e noventa e dois mil, setecentos e cinquenta e seis reais e noventa e cinco centavos), correspondente ao subsídio concedido pela União aos Estados, nos termos do art. 3º, §§ 2º a 4º, da Lei nº 9.496, de 11 de setembro de 1997, sendo refinanciada apenas R\$56.479.921,47 (cinquenta e seis milhões, quatrocentos e setenta e nove mil, novecentos e vinte e um reais e quarenta e sete centavos), conforme discriminado a seguir:

a) R\$16.130.312,27 (dezesesseis milhões, cento e trinta mil, trezentos e doze reais e vinte e sete centavos), relativo ao saldo devedor dos empréstimos junto ao Banco do Brasil S.A., em 29 de julho de 1997;

b) R\$40.349.609,20 (quarenta milhões, trezentos e quarenta e nove mil, seiscentos e nove reais e vinte centavos), correspondente ao saldo devedor junto à Caixa Econômica Federal – CEF, em 28 de outubro de 1997, exceto a operação relativa à linha II do Voto CMN 162, de 1995;

II – encargos:

a) juros: 6% a.a. (seis por cento ao ano);

b) atualização do saldo devedor: mensalmente pelo IGP-DI;

III – prazo: cento e oitenta prestações mensais e consecutivas;

IV – garantias: receitas próprias do Estado, transferências constitucionais e os créditos de que trata a Lei Complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996;

V – condições de pagamento:

a) amortização extraordinária: no valor de R\$11.295.984,29 (onze milhões, duzentos e noventa e cinco mil, novecentos e oitenta e quatro reais e vinte e nove centavos), com recursos provenientes da alienação das ações da Companhia Energética do Rio Grande do Norte – COSERN;

b) amortização: em parcelas mensais, pela Tabela Price, limitadas a 1/12 (um doze avos) de 13% (treze por cento) da Receita Líquida Real do Estado.

§ 1º A União se compromete, a refinanciar ao Estado o saldo devedor do contrato de abertura de crédito, firmado junto à CEF, ao amparo do Voto CMN 162, de 1995, linha de crédito II, referente ao Programa de Desligamento Voluntário – PDV, no montante de R\$40.000.000,00 (quarenta milhões de reais), conforme a Resolução nº 110, de 1997, do Senado Federal.

§ 2º O descumprimento pelo Estado do Rio Grande do Norte das obrigações constantes do contrato de refinanciamento, incluindo atrasos de pagamentos, assim como das metas fiscais e financeiras, acordadas em seu Programa de Reestruturação e de Ajuste Fiscal, implicará, enquanto persistir o descumprimento, a substituição dos encargos financeiros referidos no caput por encargos equivalentes ao custo médio de colocação da dívida mobiliária federal, acrescido de juros de mora de 1% a.a. (um por cento ao ano), e a elevação do limite de dispêndio para 17% (dezesete por cento) de sua Receita Líquida Real.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

PARECER Nº 289, DE 1998

(Da Comissão Diretora)

Redação final do Projeto de Lei do Senado nº 142, de 1995.

A Comissão Diretora apresenta a redação final do Projeto de Lei do Senado nº 142, de 1995, que cria o Programa de Estímulo ao Primeiro Emprego – PEPE e dá outras providências.

Sala de Reuniões da Comissão, 22 de maio de 1998. – **Geraldo Melo**, Presidente – **Júnia Marise**, Relatora – **Carlos Patrocínio**, Relator – **Lúdio Coelho**.

ANEXO AO PARECER Nº 289, DE 1998

Redação final do Projeto de Lei do Senado nº 142, de 1995 que cria o Programa de Estímulo ao Primeiro Emprego – PEPE e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É criado o Programa de Estímulo ao Primeiro Emprego – PEPE, de âmbito nacional e vinculado ao Ministério do Trabalho, com o objetivo de proporcionar o desenvolvimento das oportunidades de trabalho à população compreendida na faixa de quatorze aos dezoito anos.

Art. 2º Para os fins previstos nesta Lei, considera-se:

I – empregador: a firma individual ou societária que assume o risco de atividade econômica urbana ou rural, com fins lucrativos ou não;

II – empregado: aquele que presta serviço de natureza urbana ou rural a empregador, sob subordinação e mediante remuneração deste, em caráter eventual ou não.

Parágrafo único. Aqueles definidos no parágrafo único do art. 15 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, será dada a mesma conceituação constante do inciso I deste artigo.

Art. 3º Ao empregador que admitir empregado enquadrado no disposto pelo art. 1º desta Lei, é assegurada, mediante lei específica, a compensação da totalidade do valor das parcelas devidas nas contribuições ao Instituto Nacional do Seguro Social – INSS e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, relativas ao empregado contratado nos termos desta Lei, a ser abatida do recolhimento tributário na forma seguinte:

I – 50% (cinquenta por cento) do recolhimento da contribuição de que trata a Lei nº 7.689, de 15 de dezembro de 1988; e

II – 50% (cinquenta por cento) do recolhimento do imposto de que trata a Lei nº 8.541, de 23 de dezembro de 1992.

§ 1º O benefício de que trata este artigo será sempre limitado a um número de empregados equi-

valente a 10% (dez por cento) do total de empregados registrados na empresa.

§ 2º Para os fins de compensação previstos neste artigo, caberá ao empregador inscrever-se junto ao órgão gestor do Programa.

§ 3º A renúncia decorrente da aplicação deste artigo será computada no Orçamento da União.

Art. 4º Ao empregado admitido nas condições previstas nesta Lei, são assegurados os direitos constitucionais e legalmente aplicáveis, especialmente os previstos nos arts. 7º e 227 da Constituição Federal e arts. 60 a 69 da Lei nº 8.069 de 13 de julho de 1990.

Art. 5º Para fins de desenvolvimento educacional aos empregados participantes do Programa de Estímulo ao Primeiro Emprego é assegurada jornada de trabalho reduzida de acordo com regulamentação do Poder Executivo, devendo ser matriculados em estabelecimentos de ensino públicos ou em estabelecimentos de ensino criados, organizados e administrados pelas Confederações Nacionais de Empregadores de acordo com suas necessidades pedagógicas.

§ 1º Os empregados participantes do Programa de Estímulo ao Primeiro Emprego deverão estar matriculados em estabelecimentos de ensino público de 1º Grau ou em cursos e exames supletivos do ensino fundamental, se não tiverem completado a educação fundamental, até a oitava série do 1º Grau.

§ 2º O Ministério do Trabalho e o Ministério da Educação e do Desporto deverão fiscalizar, conjuntamente, o cumprimento do disposto no parágrafo anterior, bem como a frequência e desempenho dos empregados inscritos no Programa.

§ 3º O prosseguimento de estudos de alunos que tenham concluído cursos de educação fundamental orientar-se-á pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação, de acordo com regulamentação do Poder Executivo.

Art. 6º O Poder Executivo regulamentará esta Lei no prazo de noventa dias contado da data de sua publicação, produzindo os efeitos a partir do ano subsequente de sua regulamentação.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – O Expediente lido vai à publicação.

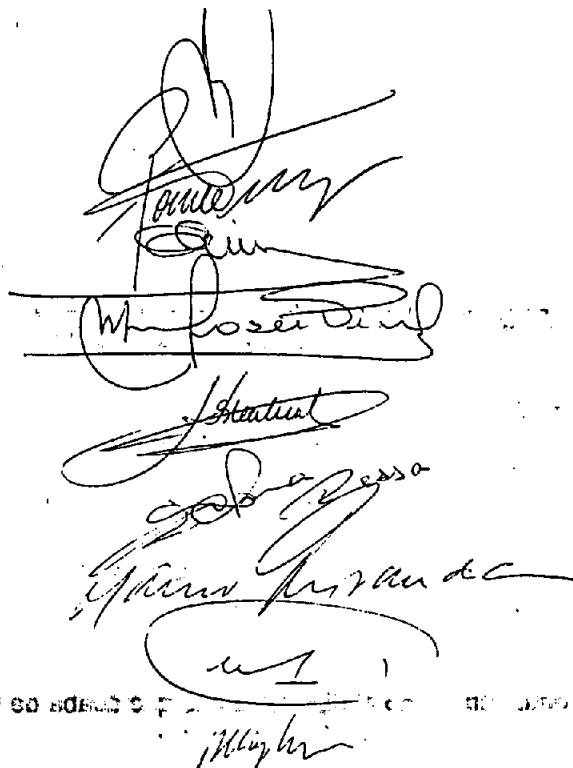
O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – A Presidência comunica ao Plenário que recebeu o Recurso nº 3, de 1998, interposto no prazo regimental, no sentido de que seja submetido ao Plenário o Projeto de Lei do Senado nº 146, de 1996, de autoria do Senador Joel de Hollanda, que dispõe sobre o regime tributário, cambial e administrativo das Zonas de Processamento de Exportação, e dá outras providências.

É o seguinte o recurso recebido:

RECURSO Nº 3, DE 1998

Nos termos do § 4º do art. 91, do Regimento Interno, requeremos que o Projeto de Lei do Senado nº 146, de 1996, que dispõe sobre o regime tributário, cambial e administrativo das Zonas de Processamento de Exportação e dá outras providências, seja submetido à apreciação pelo Plenário do Senado Federal.

Sala das Sessões, 19 de maio de 1998.



O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – O Projeto de Lei do Senado nº 146, de 1996, ficará perante a Mesa durante cinco dias úteis, para recebimento de emendas, de acordo com o disposto no art. 235, II, c, do Regimento Interno, combinado com o art. 4º da Resolução nº 37, de 1995, do Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – Há oradores inscritos.

Concedo a palavra ao Senador Jonas Pinheiro. (Pausa.)

Concedo a palavra à Senadora Marina Silva. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Senador Bernardo Cabral. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Senador Lúdio Coelho.

O SR. LÚDIO COELHO (PSDB – MS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) –

Sr. Presidente, Sr^{as.} e Srs. Senadores, transmito à Nação brasileira a minha satisfação pelas notícias divulgadas hoje: lideranças da CUT e do PT desejam que as manifestações das classes insatisfeitas ocorram dentro de um clima de ordem e de respeito à lei. Isso, para nós, é razão de tranqüilidade.

Assisti às manifestações de anteontem, em frente ao Congresso Nacional, e entendi que as entidades de segurança federal e estadual se portaram dentro da lei e da ordem com respeito aos direitos dos cidadãos, sem permitir que ocorresse desrespeito à lei. Tenho a impressão de que, se o PT entender que deve buscar as reivindicações, e se conseguir encarnar as insatisfações de setores da nossa sociedade que estão sentindo os efeitos da instabilidade econômica, o rumo político do nosso País pode mudar um pouco.

Pertenço ao PSDB, Partido do Presidente da República, mas penso que a Nação brasileira precisa de uma Oposição mais consistente e organizada. Assim, se o PT mostrar à Nação brasileira que deseja superar as dificuldades por que passa o País, sem pregar o radicalismo e a violência, pode influenciar o resultado das eleições.

Sr. Presidente, era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – Concedo a palavra ao Sr. Senador Jefferson Péres.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PSDB – AM. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sr^{as.} e Srs. Senadores, de certa forma o meu pronunciamento vem como complemento ao que acaba de fazer o eminente Senador Lúdio Coelho.

O Brasil está enfrentando enormes problemas de ordem econômica e social, e num ano eleitoral, o que condiciona os políticos da Oposição e do Governo a agirem em função das eleições.

Lamento muito que não esteja presente, nesta sessão, algum Senador da Oposição. Gostaria, Sr. Presidente, de iniciar um diálogo com a Oposição; diálogo de delineamento claro de posições, um debate franco, mas civilizado, em torno do que pode e deve ser feito neste momento.

O Congresso Nacional não pode ser palanque, Sr. Presidente, ou ele se estará abastardando. Que a Oposição, lá fora, culpe o Governo por tudo: pelos juros elevados, pelo desemprego, pela seca no Nordeste, tudo bem! Trata-se de discurso de palanque, legítimo, entendo isso. Incompetente seria a Oposição se não usasse esse discurso para conseguir apoio popular. Mas aqui no Senado e na Câmara, não. Creio que aqui o diálogo deve ocorrer num pa-

tamar mais elevado. Aqui, a Oposição deve dizer o que pretende fazer, se chegar ao poder, e deve criticar o Governo de forma responsável, mostrando que o Governo age assim, mas deveria agir assado, porque existe alternativa viável. Culpar o Governo por tudo o que há de ruim no País e não apontar caminhos alternativos não é um comportamento responsável!

A Oposição não deve agir assim, até porque essa exploração demagógica dos problemas do País constitui uma faca de dois gumes, Senador Lúdio Coelho. Em primeiro lugar, pode levar ou não a uma vitória da Oposição, pois a sociedade pode fazer duas leituras desses acontecimentos: ou entende que o Governo é o responsável pela piora da situação, vê na Oposição uma saída e vota no candidato opositorista, ou, ao contrário, a sociedade se alarma, compreende que a Oposição está contribuindo para o agravamento dos problemas e vota pela ordem, contra o caos, em Fernando Henrique Cardoso, gostando ou não do Presidente, por não acreditar na Oposição. Mesmo eleitoralmente, portanto, um comportamento irresponsável pode ser pouco inteligente.

Em segundo lugar, é preciso analisar também o período pós-eleitoral. Mesmo que a Oposição tire dividendos eleitorais de um agravamento da situação do País – o que é duvidoso – e ganhe a eleição, o candidato da Oposição poderá assumir o poder em pleno caos ou numa situação semicaótica que dificulta, senão impossibilita, a governabilidade durante seu período de Governo.

Sr. Presidente, creio – repito – que, até por inteligência a Oposição, deveria ter um comportamento responsável, um diálogo elevado com o Governo; o fórum para isso, Sr. Presidente, é o Congresso Nacional. Não estou convocando a Oposição para encontros de gabinete. Isto seria conchavo e adesão. O local de diálogo, Senador Lúdio Coelho, é o Congresso, através do debate franco, aberto, transparente, sob os holofotes e com pleno conhecimento da sociedade.

O Sr. Lúdio Coelho (PSDB – MS) – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. JEFFERSON PÉRES (PSDB – AM) – Ouço V. Ex^a, com prazer.

O Sr. Lúdio Coelho (PSDB – MS) – Senador Jefferson Péres, estou de pleno acordo com V. Ex^a. Avalio que essas recomendações de violência, feitas por supostos líderes de sem-terra e de sem-água, estão sendo até benéficas para o Presidente Fernando Henrique Cardoso, pois estão pregando a de-

sordem, o desrespeito à lei, e o caminho não é esse. A Oposição não apresentou propostas para a solução de nenhum problema. Eles levantam as dificuldades, algumas que o cidadão comum não aceita, como por exemplo a falta de água potável no Nordeste. Nobre Senador Jefferson Péres, isso é inaceitável para a nossa Nação, e constitui um motivo de vergonha para nós. Admite-se falta de água para a irrigação, mas não é admissível a falta de água para beber em pleno final do século XX, com a tecnologia existente para transformar água salgada em potável, retirar água do subsolo, do mar e purificá-la. Isso eu não aceito e não compreendo. É uma tristeza, Sr. Presidente. O desleixo permanente das áreas responsáveis por isso é secular. Há propostas concretas da Oposição, enfim, há soluções que seriam altamente benéficas ao nosso País. Peço a V. Ex^a que continue nessa linha de pensamento. Muito obrigado.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PSDB – AM) – Sr. Presidente, ontem, um grupo do MST assaltou carretas que transportavam gêneros alimentícios, no Nordeste e, para fugir à ação da Polícia, estocou o produto do saque em barracas do seu acampamento. Um gesto como esse só desacredita, cada vez mais, esse movimento. Agiriam mais inteligentemente se usassem toda sua enorme capacidade de mobilização e organização, que inegavelmente têm, para ajudarem na distribuição desses alimentos. Estariam ajudando o Governo? Sim, mas em primeiro lugar, estariam ajudando a resolver o problema dos flagelados e, em segundo, marcando pontos perante a sociedade. Essa atitude construtiva do MST seria muito inteligente. Na medida em que eles, ao contrário, claramente mostrem que estão agindo política ou partidariamente para criarem dificuldade ao Governo à margem da lei, usando de violência e prejudicando ainda mais as vítimas da seca, além de cometerem crime, não ficando desacreditados cada vez mais. Não entendo um comportamento tão estúpido, Sr. Presidente.

Mas, Sr. Presidente, indo mais objetivamente aos problemas, creio que não adianta espremer contra juros, nem contra desemprego se não se for ao fundo do problema, debatendo-o objetivamente. Nenhum problema deste País terá solução se não encontrarmos caminhos para superar o enorme desequilíbrio macroeconômico do País – aí é que está a raiz de todos os problemas!

Estamos com os déficits gêmeos, o déficit fiscal e o de contas correntes, que resultam em juros elevados – e juros obrigatoriamente elevados; juros elevados, por sua vez, cerceiam o crescimento eco-

nômico; o baixo crescimento econômico, por sua vez, gera desemprego, e o agravamento do desemprego, por sua vez, aumenta a miséria e a instabilidade social.

Não adianta pedir ao Governo que baixe os juros. O Governo não baixa os juros mais aceleradamente não é porque não quer, é porque não pode. Seria irresponsável se baixasse, Sr. Presidente, Senador Lúdio Coelho, e levaria o País, logo, ao desastre.

Ontem, o Comitê de Política Monetária fez uma considerável redução da taxa básica, TBC, para 21,75%, até mais do que esperava o mercado, Senador Geraldo Melo. Poderia ter baixado para 20 ou para 18%? Não poderia, Sr. Presidente. No momento, não. O que determina – como todos sabemos, não precisa ser economista para isso – a taxa de juros é uma série de fatores. Em primeiro lugar, a taxa de juros dos títulos do Tesouro, do governo americano, que estão, hoje, em 5.5%; em segundo lugar, a expectativa de desvalorização cambial brasileira, que é de 7,5%, valores que não podem ser descartados; em terceiro lugar, o prêmio Brasil, mais a cunha fiscal.

Seria impossível fixar a taxa de juros hoje abaixo de 20%. Talvez até outubro o Governo, o Banco Central possa reduzi-la a 18% e não muito menos do que isso.

Por sua vez, o que propõe a Oposição? A única manifestação clara da Oposição a respeito, que li, preocupado, foi uma entrevista à *IstoÉ* pelo Economista Guido Mantega – não sei se a pronúncia do seu nome é fechada ou aberta, preferi fazê-la aberta, Mantega, para evitar confusões e não se imaginar que eu estaria ridicularizando o nome da pessoa, que não é absolutamente minha intenção.

Diz a Revista *IstoÉ*, desta semana, que Guido Mantega é hoje o principal assessor econômico de Luiz Inácio Lula da Silva, em substituição ao Economista Aloisio Mercadante.

Diz Guido Mantega textualmente:

"É possível crescer com estabilidade econômica e diminuição do desemprego, depois de equacionada a questão cambial e reduzidos os juros."

Srs. Senadores, com esta afirmação estou de pleno acordo.

IstoÉ pergunta: "Qual a solução para o déficit público?"

Mantega: "Ao baixar a taxa de juros e acelerar o crescimento, combate-se o déficit fiscal porque quanto mais a economia cresce mais o Estado arrecada."

Até aí estamos de acordo.

Isto é pergunta: "De que forma?"

Mantega: "Temos que fazer uma mudança da política cambial. Isso não significa uma maxidesvalorização e sim uma aceleração das desvalorizações cambiais".

Aí o economista Guido Mantega já me assusta.

Senador Lúdio Coelho, as duas metas sustentadas são incompatíveis. Quando Guido Mantega diz que, se Lula chegar ao Governo, ao mesmo tempo, baixará a taxa de juros, acelerará o rebaixamento da taxa de juros e acelerará a desvalorização cambial; este economista levará o País a um desastre logo, logo, porque uma coisa depende da outra, mas em sentido inverso.

Alguns economistas preconizam a aceleração da redução da taxa de juros, desde que – veja bem – se desacelerem as desvalorizações cambiais. A desaceleração da desvalorização cambial possibilitaria uma redução maior da taxa de juros. Ele prega o contrário. Acelerar a redução da taxa de juros e acelerar a desvalorização cambial são incompatíveis porque, na medida em que – como ele prega – se passasse de uma expectativa de valorização cambial de 7,5% para 13 ou 14%, ao contrário, isto implicaria em elevação da taxa de juros. A taxa de juros teria que ser mantida, ou até aumentada, e não reduzida. São questões um pouco complicadas para os leigos, mas me impressiona que um economista, com doutorado, possa fazer uma proposta tão inviável. Se for este o programa de Governo do Lula para resolver desequilíbrios macroeconômicos do País, Deus me livre! Ao mesmo tempo, o candidato do PT disse que vai interromper a privatização das empresas do Sistema Telebrás e vai rever as privatizações. Ele irá eliminar uma fonte de receita cambial e fiscal e, do mesmo passo, alarmar os agentes econômicos do País e do exterior.

Pergunto-me o que poderá acontecer ao País, Sr. Presidente, se, pela palavra do seu principal assessor econômico, o candidato do PT promete acelerar a redução da taxa de juros por um lado; por outro, acelerar a desvalorização cambial, que passaria de 7,5% para 12% a 13% ao ano? Como já disse são duas metas incompatíveis. Ao mesmo tempo, o próprio candidato diz que irá, desacelerar as privatizações e rever privatizações. Eu me pergunto o que aconteceria entre a eleição e a posse do candidato do PT. Que pânico poderia causar nos investidores nacionais e estrangeiros, que fuga de capitais poderia ocorrer se forem essas realmente as metas de política econômica de um candidato que hoje tem

chance de vencer a eleição. Creio que é extremamente preocupante para este País que o programa em elaboração do candidato do PT contenha como metas as enunciadas pelo seu principal economista e por ele próprio. Por isso, creio que o debate deve vir para o Congresso Nacional. É preciso que a Nação vá às urnas, pelo menos a parte da sociedade ou do eleitorado que avalia antes de escolher, e tenha a noção clara das propostas do candidato da Oposição.

Repito: lamento que aqui não esteja presente um Senador do PT. Vou convocar o Senador Eduardo Suplicy. S. Ex^a tomará conhecimento de meu pronunciamento para que ocupe a tribuna e iniciemos um debate. O palanque é para a massa, mas o discurso, o debate objetivo e responsável que a sociedade espera deve ser travado da tribuna do Congresso Nacional.

Para não ficarmos apenas nas críticas, Sr. Presidente, entendo que é preciso apresentarmos propostas. Creio que o Congresso Nacional não deve omitir-se. Em primeiro lugar, a sociedade brasileira precisa entender que os problemas do País não são apenas do Poder Executivo, mas do Poder Público, o que inclui o Congresso Nacional, que deve ser partícipe das ações do Governo, e a sociedade em geral.

Li, na edição de hoje, do jornal **O Globo**, uma interessantíssima proposta do economista Edmar Bacha(*) divulgada pela colunista Miriam Leitão.

Diz textualmente Edmar Bacha:

"O Governo deveria estabelecer metas fiscais explícitas para cada Ministério e um volume de gastos totais que não podem ser superados. O controle sobre o atingimento destas metas seria feito por uma comissão do Congresso."

Certamente, essa Comissão seria composta por Deputados e Senadores do Governo e da Oposição.

Eis aí uma proposta objetiva que devemos levar em conta. Não vou fazê-la apenas da tribuna. Desde já, pediria a V. Ex^a, Senador Geraldo Melo, que se unisse a mim para, junto ao Presidente Antônio Carlos Magalhães, estudarmos a viabilidade dessa proposta do economista Edmar Bacha.

Sr. Presidente, já é tempo de os parlamentares entenderem que o Congresso também é responsável. É muito fácil para os Senadores da Oposição e até mesmo do Governo virem à tribuna e gritarem contra as altas taxas de juros e o desemprego. Querem que o Governo atue mais implica em gastos. De onde virão os recursos? O Governo não é mágico, a

não ser que queiramos a volta da inflação. Creio que ninguém a quer. Como resolver isso? Vamos fixar metas fiscais, metas de gastos e metas monetárias. Por que não? E o Congresso que monitore isso! Se o Governo não as cumprir, haverá uma Comissão permanente para fiscalizar isso e para dizer à Nação que o Governo está agindo irresponsavelmente.

Por que as metas não foram cumpridas? Isso ocorreu porque o Governo não quis ou porque não foi possível cumpri-las? Neste caso, para o período seguinte, as metas deverão ser modificadas e ajustadas.

Por que não fazer isso? Por que não instaurar uma espécie de parlamentarismo de fato, Sr. Presidente? Não pudemos fazê-lo de direito, porque a Nação assim não quis no plebiscito convocado. Sou contrário à convocação de novo plebiscito. Sou parlamentarista, mas tenho que me curvar à vontade manifestada, há cinco anos, pela maioria da Nação.

Vamos usar os mecanismos disponíveis no atual sistema presidencialista para envolver Congresso e Executivo, Governo e Oposição, para que todos nós, responsavelmente, saibamos que somos partícipes desse processo e tripulantes do mesmo barco.

Portanto, essas são as considerações que faço preliminarmente. Espero merecer uma resposta do Senador Suplicy. Refiro-me ao Senador Eduardo Suplicy, porque S. Ex^a é um dos expoentes do PT e também é economista. Espero estabelecer com S. Ex^a um diálogo fecundo desta tribuna. Repito: espero que V. Ex^a, Senador Geraldo Melo, ajude-me a abrir esse diálogo também com o Presidente Antonio Carlos Magalhães, para verificarmos se podemos, concretamente, dar alguns passos em benefício deste País.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente. Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Jefferson Péres, o Sr. Geraldo Melo, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Lúdio Coelho, Suplente de Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Lúdio Coelho) – Concedo a palavra ao Senador Geraldo Melo.

O SR. GERALDO MELO (PSDB – RN. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Lúdio Coelho; Sr^{as}. e Srs. Senadores, inicialmente, quero dizer a V. Ex^a, Sr. Senador Jefferson Péres, que me sinto profundamente honrado com o fato de V. Ex^a ter considerado que, nos esforços que pretende impetrar, como aca-

ba de declarar, a minha participação seja de alguma utilidade. Quero publicamente dizer que V. Ex^a pode contar comigo de forma irrestrita.

Sobre o assunto em questão, quero fazer um breve comentário. Primeiramente, V. Ex^a se diz parlamentarista, e eu me digo presidencialista, mas, sob um aspecto, estamos de total acordo: não faz mais sentido ficarmos consultando a sociedade sobre um assunto em torno do qual ela já se manifestou por duas vezes, ou seja, sobre a questão do parlamentarismo e do presidencialismo. Na década de 60, a sociedade brasileira foi consultada e, esmagadoramente, respondeu que preferia o regime presidencialista. Agora, no final da década de 80, consultada novamente, responde que não quer o regime parlamentarista. Se fizermos um novo plebiscito, poderá parecer que os parlamentaristas acham que o povo brasileiro não sabe o que pensa, nem sabe o que quer.

O Sr. Jefferson Péres (PSDB – AM) – Esse plebiscito foi mais recente, em 1993.

O SR. GERALDO MELO (PSDB – RN) – Exatamente.

Pode parecer que os parlamentaristas acham que o povo brasileiro não sabe o que quer e que, portanto, até que aprenda, deve ser submetido a um questionamento sobre esse assunto, porque não é possível que as pessoas que discordam do povo não tenham razão.

Realmente, esse é um assunto que deveríamos considerar ultrapassado e encerrado, porque é assim que o povo brasileiro parece nos dizer, respondendo da mesma forma a dois plebiscitos, realizados com 30 anos de intervalo entre um e outro.

O que V. Ex^a propõe não é uma forma disfarçada de parlamentarismo, mas sim um conjunto de comportamentos que refletiria uma nova fase de fortalecimento do Congresso no processo de decisões do Estado brasileiro, ou seja, uma modernização do presidencialismo, que nos aproxima das soluções e das opções dadas por um país que tem sido considerado paradigmático para com o Brasil em tudo: os Estados Unidos da América, onde não me consta, por exemplo, que o Presidente da República tenha iniciativa legislativa. O Presidente da República pode expor suas idéias aos líderes no Congresso e precisa ter força política congressual para que essas lideranças se sintam comprometidas com o Poder Executivo, a ponto de suas sugestões serem transformadas por parlamentares em propostas de iniciativa legislativa.

Na verdade, num país em que vigora um regime presidencialista completo e acabado, como

aquele, o que existe é muito mais até do que o que V. Ex^a propõe no que tange à força do Poder Legislativo

O Poder Legislativo precisa também manifestar-se, se desejamos modernizar o Estado brasileiro, por exemplo, numa revisão cabal em relação à questão orçamentária, porquanto não podemos continuar num país em que se considera essa falácia de dizer que o Orçamento é uma lei autorizativa. Uma lei autorizava é uma lei que autoriza algo e não uma lei que fixa, como é o caso do Orçamento, que contém uma estimativa em relação à receita e também uma decisão explícita em relação à despesa, porquanto a despesa ele fixa. Mas a burocracia brasileira inventou a tese de que o Orçamento é uma lei autorizativa. Somente no Brasil ele é uma lei autorizativa

Na realidade, acredito que quando essa mistificação que se faz do Orçamento for desmascarada de uma vez, o que se terá a fazer é elaborar propostas orçamentárias com mais seriedade do que historicamente se faz. Eu não estou me referindo ao atual Governo, obviamente. Refiro-me a todos os Governos e a essa burocracia que continuamente prepara orçamentos da mesma maneira e dentro do mesmo critério. Precisamos de um orçamento que, chegando ao Congresso, possibilite a ele a oportunidade de discutir as prioridades que o Poder Executivo está propondo naquele documento que, por acaso, chama-se mesmo proposta. É uma proposta orçamentária dirigida ao Congresso que contém, na estrutura das despesas indicadas, o conjunto de prioridades e de obrigações que o Governo expressa ao sugerir que os recursos sejam gastos de determinada maneira. O Congresso terá, nessa situação, o dever de discutir com muito mais responsabilidade, com muito mais seriedade e "profissionalismo", visando muito mais os aspectos operacionais daquilo que vai fazer do que hoje, quando nós, Parlamentares, aprovamos ou deixamos de aprovar a aplicação de recursos sem saber se aquilo resistirá à força legislativa final da caneta do Ministro do Planejamento – porque os ministros do Planejamento têm uma caneta que é muito mais poderosa do que o Poder Legislativo. Na hora que a caneta corta uma dotação, não importa saber se ela é o trecho de uma lei, porque se trata de uma lei que não resistiu à força da caneta.

Acho, portanto, que essa modificação, na medida em que fortalece o Poder Legislativo, fortalece, de fato, a sociedade. Ela é quem dá ao Poder Legislativo a possibilidade prática de realizar a sua tarefa fiscalizadora, o que hoje ele não faz porque é impossível, materialmente, fazer.

O Sr. Jefferson Péres (PSDB – AM) – Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. GERALDO MELO (PSDB – RN) – Ouço V. Ex^a com muito prazer, Senador Jefferson Péres.

O Sr. Jefferson Péres (PSDB – AM) – Senador Geraldo Melo, V. Ex^a tem inteira razão. O Orçamento consubstancia a própria essência do ato de governar. O que é o Orçamento? Os detentores de mandatos decidem o que vão retirar compulsoriamente da sociedade, na forma de tributos, que constituem a receita, e de que forma essa receita pode ser gasta em benefício da sociedade. Está aí a essência do ato de governar, daí a importância enorme que tem ou deveria ter o Orçamento. No entanto, no Brasil, até pouco tempo atrás, o Orçamento era uma peça de ficção, devido à inflação. Hoje, depois da estabilidade monetária, passou a ser real, mas, como V. Ex^a está reconhecendo, com a característica de ser uma lei autorizativa, não é, Senador? Concordo inteiramente com V. Ex^a. A decisão de gastar indica que o Executivo deve gastar, assim, aqueles valores, a menos que a estimativa da receita esteja errada. Mas, nesse caso, que se ajuste a despesa àquele valor arrecadado. A mudança da lei orçamentária de autorizativa para compulsória deveria entrar nesse conjunto de propostas, visando a modernização do Estado brasileiro. Alegro-me muito que nesta manhã, com o Senado quase deserto, três Senadores tucanos estejam criticamente analisando a realidade brasileira!

O SR. GERALDO MELO (PSDB – RN) – Eu saúdo realmente o tipo de debate que estamos tendo. Não sei se o ouvido de alguma autoridade, de alguma das pessoas que realmente poderiam dar consequência ao que estamos dizendo, ou pelo menos nos dizer que estamos errados, terá tempo de nos escutar, muito menos numa sexta-feira.

Mas, de fato, acredito, Senador Jefferson Péres, que estamos colocando a mão sobre o ponto crucial, porque é em torno do Orçamento, é modernizando o Orçamento, é a partir do Orçamento que se realizará e que se iniciará de fato a modernização do Estado brasileiro.

Como disse V. Ex^a muito bem: o que é o Orçamento? É um documento em que se diz à sociedade: "Aqui está o montante de dinheiro de que o Governo vai dispor. E aqui está em que vamos gastá-lo." Esse é, em resumo, o conteúdo de um orçamento. A União, o Poder Executivo, estima a receita. Em seguida, propõe a despesa. E ao propor a despesa já sabemos que o Congresso Nacional vai modificá-la aqui e ali. Se verificarmos a quanto montam, per-

centualmente, as modificações introduzidas pelo Congresso, veremos que montam a números absolutamente desprezíveis dentro do bolo total de recursos a que se refere o Orçamento. Depois ninguém se sente na obrigação de cumpri-lo, mas apenas considera-se autorizado a fazê-lo. E qual é o pretexto? Para sustentar essa tese, o pretexto usado é o de que a despesa foi fixada, mas presumindo-se que a estimativa de receita estivesse certa – porque a receita está estimada. Todos sabemos disso. Mas sabemos também que a técnica orçamentária – e esse conhecimento é elementar – nos ensina, quando existe insuficiência de receita em relação ao que foi estimado, qual é o procedimento administrativo que deve ser seguido para lidar com a situação. Quando existe excesso de arrecadação, também sabemos o que deve ser feito para que se possa legalmente utilizar a arrecadação adicional, que não estava nas estimativas, e como o montante dos recursos deve ser incorporado à aplicação orçamentária. Não existe a menor dificuldade para que isso seja feito, da mesma forma que não existe qualquer dificuldade para que se tenha no Orçamento uma dotação destinada a cobrir despesas do cumprimento de decisões judiciais transitadas em julgado. Se o Orçamento, na sua despesa, contiver uma dotação que é uma previsão de recursos destinados ao cumprimento de decisões judiciais transitadas em julgado, poderemos jogar no lixo uma instituição cruel, perversa, anti-jurídica, ilegal, como deveria ser o precatório. O precatório é um instrumento que transfere para o Poder Executivo poderes que, na prática, são do Judiciário.

Mas, de tanto entusiasmo que tenho pela questão orçamentária, deixei de referir-me ao ponto essencial da minha decisão de pedir a atenção da Casa na manhã de hoje, vindo à tribuna. Gostaria de dar eco aos pronunciamentos do Senador Lúdio Coelho e de V. Ex^a, Sr. Presidente. No momento em que os Líderes da Oposição mais ilustres e de maior responsabilidade, pelo que vimos hoje na imprensa, assumem a postura de não aprovar as irresponsáveis provocações de desordem como forma de protestar ou de reivindicar dentro da sociedade brasileira, encho-me de esperança.

De fato, estamos assistindo à ação de um Governo, por um lado, e, de outro, a uma Oposição que procura realizar-se apenas na praça pública. V. Ex^a disse que o Brasil precisa de uma Oposição organizada. Uma Oposição organizada não é uma força de combate, não é um Exército; não são coortes de cidadãos irados, indignados, cheios de ódios, que não querem debruçar-se sobre fatos, problemas e solu-

ções, mas jogar-se sobre as portas de vidro e arreben-tá-las, sobre os supermercados e saqueá-los, sobre os caminhões que transportam alimentos e assaltá-los. Por quê? Porque, se isso acontece do Oiapoque ao Chuí, teremos criado um clima pelo qual o Governo e as instituições perderam o controle da sociedade.

Essa é uma forma que poderia até ser sustentada caso se estivesse cogitando da instauração de um processo revolucionário. Os revolucionários que quiserem desestabilizar as instituições devem pegar suas espingadas e ir para a luta. Estamos discutindo aqui oposição política como expressão da divergência em relação à ação do Governo, o que não precisa da desordem para fazer-se: faz-se com competência e conhecimento.

Nosso País está comovido com o drama que vive a minha região. Esse drama não vai ser resolvido, com tenho dito tantas vezes, nem com nossas lágrimas, nem com nossas orações, porque Deus fez o mundo e o entregou a nós. É preciso se reconheça que uma região com quase 50 milhões de habitantes – e do tamanho que é o Nordeste brasileiro – tem um conjunto de variáveis em movimento, formando ali um sistema econômico que requer uma ação consistente.

Há 40 anos se desenhou um modelo, criando-se uma instituição. Isso terminou, esgotou-se. Precisamos agora de um novo modelo, de um novo programa, de uma nova proposta. É da própria natureza do planejamento econômico e da execução das políticas econômicas a necessidade da sua revisão, da sua atualização. À medida que ela vai sendo executada, a realidade vai sendo modificada, e as prioridades, eventualmente, também são alteradas. Por isso, é preciso redefinir-se o caminho para essa região; é preciso rever a atitude da sociedade em relação aos desequilíbrios regionais, que não afetam apenas o Nordeste, mas também o Centro-Oeste, que V. Ex^a representa, Senador Lúdio Coelho, e a Amazônia, o Norte, que V. Ex^a representa, Senador Jefferson Péres – ambos com tanta competência e responsabilidade.

O Sr. Lúdio Coelho (PSDB – MS) – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. GERALDO MELO (PSDB – RN) – Com prazer, ouço V. Ex^a.

O Sr. Lúdio Coelho (PSDB – MS) – Senador Geraldo Melo, parece-me que o pronunciamento do Senador Jefferson Péres, o seu e o meu estão no mesmo contexto. Estamos dizendo que conviria à Oposição propor opções concretas ao Governo. A proposta que o eminente Senador Jefferson Péres

fez, baseada em sugestão do economista Emar Bacha, de uma participação do Congresso Nacional no acompanhamento efetivo da execução orçamentária, está dentro do princípio da economia familiar. O País precisa retornar às suas origens: não pode gastar mais do que recebe. Isso precisa representar uma vontade da sociedade brasileira e atingir todas as áreas de Governo e todas as escalas – os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, os Municípios, os Estados e o País. Entendo que a Oposição deveria propor uma administração mais detalhada, pois precisamos cuidar, como se diz no interior, do "arroz com feijão", precisamos cuidar das coisas comuns, Senador Geraldo Melo. Sempre afirmo, no meu Município, que família nenhuma pode gastar permanentemente mais do que recebe; pode gastar numa doença, no casamento de uma filha, mas não pode gastar permanentemente mais do que ganha, sob pena de trazer o desequilíbrio ao lar – os filhos procuram as drogas, a mulher deixa o marido. Quem gasta mais do que ganha provoca inflação, e parece que o País foi, mais ou menos, para esse rumo. Portanto, as observações de V. Ex^a são perfeitas. V. Ex^a tem um conhecimento muito adequado do nosso quadro. Nosso Orçamento precisa ser cumprido. Uma Oposição organizada – não militarizada – faria muito bem à Nação, alertando o Poder Público para essa questão. Há quanto tempo vemos políticos na linha de fazer obras a todo custo e não pagar por elas?! V. Ex^a fez referência aos precatórios, que são o descumprimento de compromissos assumidos. Pois bem: eles têm origem nas obras que os Executivos mandam fazer e não pagam. Concorrem, assim, enormemente para a elevação de custos, porque o fornecedor e o empreiteiro, sabendo que vão prestar serviços para uma instituição pública e que não vão receber nas datas preestabelecidas, acabam por elevar seus preços. Depois, quando não são pagos, usam de quaisquer métodos para receber, porque necessitam de seus créditos. Penso que esta sexta-feira, em que o Congresso Nacional não está muito habitado, está sendo útil à Nação brasileira. Muito obrigado.

O SR. GERALDO MELO (PSDB – RN) – Muito obrigado pelo aparte, Senador Lúdio Coelho.

Essencialmente, eu queria dizer aquilo que o Senador Jefferson Péres disse com tanto brilho: está na hora de a Oposição vir para dentro do Congresso Nacional e trazer as suas propostas. Que ela faça os seus comícios, que peça seus votos, ela está no seu direito e no seu dever, mas é preciso trazer para cá e, daqui, levar para a praça pública as suas sugestões.

Afinal de contas, qual é a proposta da Oposição para o Nordeste brasileiro?

Sr. Presidente, conheço, dentro da estrutura de economistas que assessoram o PT e que participam das discussões em torno do futuro do Brasil, pessoas altamente qualificadas nesse Partido, inclusive com grande experiência na questão nordestina, como é o caso do economista Francisco Oliveira, com quem tive a honra de trabalhar e aprender muito no início da minha vida profissional, quando Celso Furtado era Superintendente da Sudene e ele era o Superintendente Adjunto. Mas qual é, afinal, a proposta hoje para esse problema? V. Ex^a se referiu à questão cambial. Nós sabemos que, além de eventuais defasagens em nossa taxa de câmbio, que é um assunto delicado e não pode ser tratado com ligeireza, com leviandade, vamos precisar de uma boa taxa de câmbio. Para quê? Para que a atividade econômica dos agentes produtivos voltados para a exportação possa fazer-se, a fim de que eles possam competir num mercado difícil, sobretudo os exportadores de produtos primários. Eles estão competindo não apenas com moedas de valorização discutível, mas com um protecionismo desvairado que toma conta dos nossos principais mercados que, basicamente, são os Estados Unidos da América e a Comunidade Econômica Européia, onde existem um protecionismo que nós – não sei por que – achamos que podemos conviver com ele, mas não podemos tê-lo aqui dentro.

Qual é a proposta? Demonstrei, nesta Casa, que, nos onze países mais importantes que integram a Comunidade Econômica Européia, existe a chamada moeda verde, que, na verdade, é um prêmio que se paga ao exportador de produtos agrícolas para lhe dar um estímulo além dos estímulos do mercado, o que se compreende, porque, senão, não haverá mais vinho francês, porque as terras da França seriam destinadas ao plantio de uva ou à criação de cabra para que se possa produzir queijo camembert, e, provavelmente, terá vida muito curta, pois haverá o que se fazer com as terras francesas de uma forma mais compensadora do que simplesmente plantar uvas e criar cabras. Mas para que a atividade econômica não venha a fenececer, criaram-se estímulos e prêmios paralelos ao lado da taxa de câmbio. Eles criaram porque esse é o problema deles. Nós também podemos criar, dentro do mesmo fundamento técnico, dentro do mesmo fundamento de competição e dentro do mesmo fundamento moral, não apenas para o produtor rural, porque essa não é a nossa única prioridade, mas para o exportador, porque a so-

lução do problema do desequilíbrio da balança de pagamento deste País é a nossa prioridade.

E qual é a proposta da Oposição com relação a isso? Qual é a proposta da Oposição para sairmos das dificuldades em que nos encontramos na área de saúde? Então, esta é a hora, não de dizermos que temos as grandes propostas e as grandes soluções, mas é a hora de bendizermos e de aplaudirmos a posição que estão tomando os comandantes da Oposição e dizer que o Congresso Nacional está à espera da sua contribuição ao Brasil, ao povo brasileiro, trazendo para cá propostas e sugestões que possam ser discutidas para aclarar os caminhos que serão muito melhor iluminados se contarem com a inteligência dos que hoje apoiam o Governo ou trabalham dentro dele e com a inteligência dos que amam o Brasil e lutam por ele na Oposição.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Geraldo Melo, o Sr. Lúdio Coelho, Suplente de Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Jefferson Péres.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Péres) – Sobre a mesa, ofícios que passo a ler.

São lidos os seguintes:

OF. PSDB/I/Nº 1.584/98

Brasília, 21 de maio de 1998

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, indico a Vossa Excelência os Senhores Deputados Luiz Piauhyllino e Welson Gasparini, como membros titulares, e Marconi Perillo e Mário Negromonte, como membros suplentes, em substituição aos anteriormente indicados, para integrarem a Comissão Mista destinada a analisar a MP nº 1.623-32/98.

Atenciosamente, Deputado **Aécio Neves**, Líder do PSDB.

OF. PSDB/I/Nº 1.585/98

Brasília, 21 de maio de 1998

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, indico a Vossa Excelência os Senhores Deputados Carlos Alberto e Sílvio Torres, como membros titulares, e Alexandre Santos e Ariosto Holanda, como membros suplentes, em substituição aos anteriormente indicados, para integrarem a Comissão Mista destinada a analisar a MP nº 1.626-52/98.

Atenciosamente, Deputado **Aécio Neves**, Líder do PSDB.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Péres) – Serão feitas as substituições solicitadas.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Péres) – O Sr. Senador Júlio Campos enviou discurso à Mesa para ser publicado na forma do disposto no art. 203 do Regimento Interno.

S. Exª será atendido.

O SR. JÚLIO CAMPOS (PFL – MT) – Sr. Presidente, Srªs. e Srs. Senadores, o aumento da criminalidade, o crescente índice de desemprego e o caos na saúde, com o recrudescimento de variadas epidemias, são alguns aspectos da crise social que assola o Brasil, afetando com especial rigor as populações desvalidas, os grandes bolsões de miséria.

Em que pesem o êxito do Plano Real, o esforço do Governo Federal e o processo de modernização por que passamos, é imperioso reconhecer que a população brasileira tem sido submetida a duros sacrifícios.

Historicamente, seria impossível dissociar as crises social e econômica que afetam o cotidiano do povo brasileiro. No entanto, dentro do panorama de fragilidade da nossa economia, podem-se identificar alguns fatores que contribuem para agravar as condições de vida da população, destacando-se, entre eles, o pérfido modelo concentrador de renda.

A qualidade de vida do povo brasileiro tem decado também em função de um incontrolável processo de urbanização, que em poucas décadas inverteu o perfil da distribuição demográfica; do achatamento salarial, que aprofunda os desníveis da renda familiar; e do esgotamento da capacidade de investimento por parte do Estado.

Agora, mais recentemente, a globalização e a brusca abertura econômica, aliados à nossa defasagem tecnológica em relação aos países desenvolvidos, vêm contribuindo para piorar nossas condições de vida e, em muitos casos, para impossibilitar a mera sobrevivência de milhares de nossos irmãos.

Evidentemente, Srªs e Srs. Senadores, este País carece de políticas de longo prazo que viabilizem o nosso desenvolvimento, a começar por um maciço investimento na área educacional, a exemplo do que fizeram o Japão e, mais recentemente, os chamados "tigres asiáticos". Se tivéssemos tido essa preocupação décadas atrás, certamente estaríamos em um patamar mais elevado de progresso e de justiça social.

Nossas taxas de repetência e de evasão escolar somam 40%, o que é inconcebível. O jornalista Miguel Jorge, em artigo publicado recentemente no jornal **Folha de S. Paulo**, foi categórico ao comentar

a pauta da Cúpula de Santiago, nas negociações para implantação da Área de Livre Comércio das Américas – ALCA. A pauta do encontro, por si, na opinião do jornalista, "mostra que a educação é e será por muitos anos o único meio de resgatar o atraso econômico e social da América Latina".

"O clima emocional causado por esse atraso, que hoje explode em desemprego, miséria e violência – salientou –, parece ser o motivo da atenção que os líderes dos 34 países das Américas dão hoje à educação".

O jornalista critica ainda o fato de a América Latina aplicar na educação apenas 70 bilhões de dólares anuais, observando que é necessário dobrar o valor desses recursos para assegurar o crescimento e a prosperidade econômica. E cita estudo do Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID que prevê: a crise da educação na América Latina, poderá estagnar as economias do continente no próximo século. "O estudo do BID – revela Miguel Jorge – fixa-se no péssimo desempenho dos alunos da rede pública, na qual estão 80% dos estudantes do hemisfério, e mostra que o Brasil tem um dos piores resultados (53% dos alunos da rede repetem a primeira série)".

Para revertermos essa situação, urge darmos à educação a condição de prioridade de fato, com investimentos significativos na qualificação e remuneração dos professores e cumprimento dos objetivos de médio e de longo prazos, entre eles as metas do Plano Nacional de Educação, previsto pela Lei de Diretrizes e Bases.

Só assim, Sr^{as.} e Srs. Senadores, poderemos reverter a triste realidade dos 60 milhões de analfabetos e analfabetos funcionais; de três milhões de crianças e adolescentes fora do ensino fundamental, e de sete milhões de jovens fora do ensino médio. Só assim, também, poderemos dar dignidade aos professores do ensino superior, restando lembrar que temos, no Brasil, apenas um universitário para cada grupo de cem pessoas, o que é absolutamente irrisório.

O ano de 1997, que deveria ser "o ano da Saúde", registrou grandes e numerosas tragédias no setor. Não só no ano que passou, mas em todos esses últimos anos, temos assistido ao ressurgimento ou ao recrudescimento de epidemias diversas, como a meningite, a tuberculose, a febre amarela, a malária, o sarampo e a hepatite,; sem esquecermos da AIDS, que se mantém estável, nem da dengue, que, depois de se abater sobre o Nordeste, flagelou com igual violência os Estados da Região Sudeste.

Infelizmente, a precariedade de vida do brasileiro se manifesta muito antes de ele procurar a escola ou o posto de saúde, pois quase seis milhões de famílias de acordo com dados governamentais, não têm onde morar. Dirigentes do ramo imobiliário falam em cifras bem mais elevadas, estimando o déficit de moradias em 15 milhões de unidades. De qualquer forma, além da existência de imensa legião de brasileiros, sem teto é mister lembrar que mais de 8 milhões de famílias ocupando moradias urbanas, não dispõem dos serviços de energia elétrica coleta de lixo, abastecimento de água e esgoto sanitário – o que invariavelmente, agrava as condições de saúde dos segmentos mais carentes.

O lazer, para os brasileiros mais humildes, praticamente se restringe ao futebol, por ser um esporte que não implica maiores recursos financeiros e não exige físico privilegiado; e televisão, por ser uma diversão ao alcance de todos. No entanto, milhões de crianças brasileiras, que deveriam dividir seu tempo entre o estudo e o lazer, não podem fazê-lo, pois trabalham para ajudar os pais ou para garantir o próprio sustento.

Há poucos dias pudemos presenciar, aqui, na Capital da República, a Marcha Global contra o Trabalho Infantil e a audiência concedida pelo Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, aos participantes daquele evento. Sr. Presidente, Sr^{as.} e Srs. Senadores, é impossível não se sensibilizar ante a realidade da exploração do trabalho infantil, visto que as crianças, submetidas a um duro regime, perdem o seu direito à infância, tornam-se adultos precocemente.

Ao comentar a marcha infantil, em seu editorial do dia 15 do corrente, o jornal **Correio Braziliense**, destacando que a Constituição proíbe o trabalho para menores de 14 anos – salvo na condição de aprendiz –, foi incisivo: "O recrutamento de mais de três milhões e meio de crianças para tarefas penosas, insalubres e não raras vezes em regime de escravidão constitui denúncia gravíssima contra a insensibilidade social e a inoperância dos governos".

O triste contraponto dessa situação, Sras. e Srs. Senadores, é o desemprego que leva milhões de chefes de família ao desespero. Vítimas da recessão econômica, da tecnologia poupadora de mão-de-obra e de mudanças nos processos produtivos, esses brasileiros representavam, em fevereiro, 7,42% da população economicamente ativa, de acordo com dados do IBGE. Para o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômi-

cos – esse índice é bem maior 18,1%, valendo dizer que, somente na Grande São Paulo, o contingente de desempregados ultrapassa um milhão e meio de pessoas.

O desemprego e as carências que afetam a vida do cidadão refletem-se nitidamente em outra mazela social, que é a violência. Tal relação, sobejamente estabelecida pelos estudiosos, foi constatada pelo jornal **O Estado de S. Paulo** pouco tempo depois de ouvir o Coronel Carlos Alberto de Camargo, comandante-geral da Polícia Militar naquele Estado.

"Desde que essa declaração foi feita – observou o periódico –, dois recordes foram quebrados em São Paulo: o do número de homicídios e crimes violentos e o de desemprego. Crime contra a pessoa e desemprego são curvas estatísticas que passaram a ascender, numa associação de causa e efeito que se vai tornando assustadora na medida em que problemas conjunturais determinam a redução do ritmo de crescimento e a aceleração do aumento do desemprego".

Sras. e Srs. Senadores, seria fastidioso citar crimes e estatísticas de violência, mesmo daqueles casos mais chocantes, para demonstrar a deterioração da sociedade em que vivemos, bastando lembrar que o crime organizado dispõe de armamentos mais sofisticados que a polícia e, muitas vezes, o Exército. Recentemente uma quadrilha invadiu a cadeia pública de São José dos Campos, em São Paulo. Armados com submetralhadoras, fuzis AR-15, granadas e até uma bazuca, usada para lançar foguetes antitanque, não teve dificuldades em cumprir seu objetivo: a libertação de 21 detentos.

Os números da violência urbana no Brasil lembram uma verdadeira guerra civil. No ano passado aconteceram mais de 30 mil homicídios dolosos, 15 mil ocorrências de posse e tráfico de entorpecentes e 10 mil estupros, restando lembrar que, nesse último caso, o número de registros é muitas vezes inferior ao efetivamente ocorrido.

Para nossa vergonha, o jornal argentino **La Nación**, com base em dados do Instituto Latino-americano das Nações Unidas para a Prevenção do Delito, citou o Brasil como o terceiro país mais violento de todo o mundo, atrás apenas da África do Sul e da Jamaica. Ao mesmo tempo, lembrou que a taxa de homicídios com armas de fogo é de 29 para cada grupo de 100 mil habitantes, no Brasil, contra um índice de 3,8 no país vizinho.

Todas essas condições, Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, nos fazem descer do horizonte ale-

gre e pacífico que se pintava para o "País do Futuro". Urge que nossos governantes, de todas as esferas, e em conjunto com as forças vivas dessa Nação, unam-se com determinação, irmanados pelos sentimentos de fraternidade e solidariedade, para promover o progresso; para resgatar a dívida social; para acabar com a fome, a miséria e a ignorância; para restaurar a paz e a justiça social; para devolver a confiança de todos no amanhã de nossos filhos, a fim de que possam viver com dignidade e com orgulho de serem brasileiros.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Péres) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos.

Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 10 horas e 5 minutos.)

(O.S. Nº 13351/98)

**DISCURSO PRONUNCIADO PELO
SR. SENADOR BERNARDO CABRAL, NA
SESSÃO DO DIA 20-5-1998, QUE SE RE-
PUBLICA A PEDIDO DO PARLAMENTAR:**

O SR. BERNARDO CABRAL (PFL – AM. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores, por reiteradas vezes, tenho ocupado esta tribuna, por entender que a defesa da Amazônia é uma responsabilidade de todos nós, principalmente daqueles que, como eu, nasceram nessa região.

Ora dão a notícia de que determinada organização pretende vasculhar a Amazônia com teses, eu diria, esfarrapadas sobre pesquisas, ora se monta um arcabouço de perseguição ao chamado narcotráfico, exigindo que se formulem convênios e que, por seu intermédio, arranhem a soberania nacional. Eu mesmo, Sr. Presidente, quando ocupei cargos públicos, em viagens feitas ao Exterior, ouvi certas propostas de altas autoridades nesse sentido, que prontamente foram repelidas.

O que me traz hoje à tribuna é um documento muito bem elaborado, endereçado à Associação Comercial do meu Estado, do qual tenho uma fotocópia. O documento é de autoria de um brasileiro, com quem tenho convivido ao longo dos últimos 15 anos, notadamente quando eu era Relator da Assembléia Nacional Constituinte e S. Ex^a, o Chefe da Casa Militar. Idealizávamos a segurança da Amazônia. Refiro-me ao General Rubens Bayma Denys, que hoje está

na Reserva e integra, na qualidade de Presidente, o Conselho Empresarial de Assuntos Estratégicos.

Sr. Presidente, esse trabalho, que chegou a essa liderança empresarial, uma instituição que já tem mais de 150 anos, está intitulado "A Amazônia e a Soberania Nacional". Vou lê-lo, porque quero não alcançar a atenção dos Srs. Senadores, pelo menos deixá-lo registrado, com todas as tintas, nos nossos Anais, para que amanhã não se diga que houve omissão da Casa, acomodação dos Srs. Senadores ou, para usar um termo mais forte, displicência daqueles que são obrigados a zelar pela nossa segurança.

O General Bayma Denys começa com o seguinte título: "Considerações sobre a região – O patrimônio amazônico".

Diz ele:

"Inserida na grande bacia internacional de 7.000Km², ao norte do Continente Sul-Americano, a Amazônia Legal brasileira compreende uma área de 5.029.322Km², constituída pelos Estados de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Amapá, Pará, Maranhão, Tocantins e Mato Grosso. Ela corresponde a 58,8% do território nacional – e aqui se esclareça, como fez o autor do trabalho –, mais da metade da enorme extensão do Brasil.

O valioso patrimônio amazônico, bastante diversificado em sua natureza, distribui-se pela superfície e pelo subsolo de um território que corresponde à vigésima parte da superfície terrestre. Nele inclui-se uma biota de cerca de 2 milhões de espécies, que vêm a ser um décimo da existente em nosso Planeta. Os recursos hídricos, disponíveis nas amplas bacias hidrográficas da região, representam cerca de um quinto das disponibilidades mundiais de água doce."

Nesse ponto, Sr. Presidente, faço um parêntese. Tenho assinalado desta tribuna, embora minha região seja potencialmente provida de água doce, que não me quedei inerte diante do sofrimento do Nordeste; Nordeste este que V. Ex^a tão bem representa e que também, quando foi Presidente, fez uma denúncia à Nação contra a seca que flagelava o seu povo.

O meu Estado dispõe de 1/5 da água doce do mundo. Nessa divisa do século XX para o XXI, ninguém vai beber o petróleo, considerado a grande riqueza, mas a água, que a cada dia começa a faltar. Tenho ressaltado que, inclusive, países da África já

não lutam por territórios, mas por filetes de água que, eventualmente, são chamados de rios e que, na minha terra, nem como riachos poderiam ser considerados.

Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores, essa circunstância dá a idéia de que não é por haver fartura numa parte e pobreza na outra que todos nós, brasileiros, não nos devamos unir em face, ou à vista, da calamidade que por aí vem.

O patrimônio amazônico conta com várias províncias minerais, das mais ricas do mundo, ao sul e ao norte das calhas dos rios Solimões e Amazonas, de ferro, manganês, ouro, cobre, cassiterita, bauxita, caulim e outros minérios nobres e raros, e, mais recentemente, petróleo e gás natural. Destaca-se, ainda, um potencial hidrelétrico da ordem de cem milhões de quilowatts (metade do total brasileiro).

São a concentração e a grande diversidade dessas riquezas que têm provocado a admiração universal e a cobiça internacional em relação a nossa Amazônia.

Esta imensa área abriga, além da vegetação de transição e de cerrado, a maior floresta tropical úmida do mundo, que representa um terço (1/3) da vegetação latifoliada do Planeta, para a qual se voltam, cada vez mais, o interesse e a atenção das comunidades nacional e internacional, preocupadas com o impacto ambiental que poderá resultar de sua ocupação e colonização. Temem que se repitam, nesta reserva florestal – erroneamente designada como "pulmão do mundo" (já eu acentei isso aqui, também) – os mesmos crimes contra a natureza que desnudaram a superfície de continentes inteiros, como a África, a Ásia, a Europa e mesmo as Américas do Norte e Central.

Lembro-me que, certa tarde, trazia eu ao conhecimento do Senado uma página que havia lido na Internet chamando a atenção para o risco que representava, para a área amazônica, a vinda das madeiras asiáticas – e isso já lá se vai mais de metade de um ano e meio, pelo menos. Aquela altura, os ouvidos se fecharam, ficaram moucos, como dizem na minha terra, e só agora, há cerca de dois meses, quando revistas de circulação nacional abordaram o tema, é que todos se voltaram para o perigo que corre a nossa área, como os países que ainda pouco registrava, como África, Ásia, Américas do Norte e Central.

O segundo tópico do trabalho tem o título de "A Comunidade Internacional e a Amazônia". Seu texto:

Certamente, desde as primeiras notícias sobre a imensidão e as riquezas da região, trazidas pelas primeiras expedições dos descobridores, espanhóis e portugueses, criou-se na consciência mundial um sentimento de admiração e de expectativas em relação à Amazônia. É compreensível, portanto, o surgimento, nesse quadro, de um certo interesse, por parte de empresas e países estrangeiros, em interferir, de uma ou outra forma, nos destinos da imensa região, a fim de poder usufruir também das suas riquezas.

As primeiras notícias a respeito datam do início do século passado. O jornalista Carlos Chagas, em recente reportagem publicada na revista *Manchete*, em 5 de julho de 1997 (abordei essa mesma reportagem ao iniciar, a qual, em sua página central, mostrava essa fotografia e, hoje, é relembrada com muita oportunidade pelo General Bayma Denys), referiu-se a um estranho mapa da América do Sul, redesenhado pelo Capitão da Marinha dos Estados Unidos, Mathew Fawry, famoso oceanógrafo, e enviado à Secretaria de Estado em abril de 1817, em adendo a um memorando que ele havia encaminhado no ano anterior, em 1816, sob o título "Desmobilization of the Colony of Brazil". No ano, portanto, em que havíamos passado a Reino Unido de Portugal e Algarves. No mapa e no memorando, ele sugeria que os Estados Unidos tomassem a iniciativa de estimular a criação do "Estado Soberano da Amazônia", incluindo a região limitada pelas Guianas, Venezuela e Colômbia, ao norte, e, ao sul, por uma linha reta que começaria por São Luís do Maranhão e, hoje, terminaria no ponto extremo em que Rondônia se limita com Mato Grosso.

A partir de então, até os anos setenta deste século, são inúmeros os registros dessas tentativas de interferência. Elas traduziram sempre o firme propósito de obter do Governo brasileiro concessões para explorar os recursos da região, ou nela realizar certos empreendimentos em completo desacordo com os interesses nacionais. Dentre esses registros, citam-se: o empenho, na segunda metade do século passado, repellido

pelo Governo brasileiro, da *Amazon River Corporation*, que desejava autorização para explorar a nossa Amazônia através de projetos de colonização; o relato de Nícia Villela Luz, feito há quarenta anos, sobre o plano do General James Watson Webb, Ministro plenipotenciário de Washington, para que a Amazônia fosse destinada aos negros americanos, evitando-se que se repetissem as condições socioeconômicas que levaram à Guerra da Secessão; a tese japonesa de mandar para lá os filhos de americanos com japoneses durante a ocupação da Segunda Guerra; a proposta americana feita ao Presidente Dutra para o Brasil receber excedentes populacionais de Porto Rico; o desejo de colocar ali duzentos árabes refugiados da Palestina; e o projeto Hudson Institute de criar um grande lago na região.

Sr. Presidente, quando era eu Deputado Federal – e invoco o testemunho do eminente Senador Djalma Falcão, pois há trinta anos mourejávamos na Casa ao lado –, fiz a denúncia sobre a criação do Lago Hudson e requeri a criação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito, porque se tratava de algo altamente danoso para a minha região. O cidadão que o planejava chamava-se Hermann Khan e era considerado um homem de tão grande capacidade, que o seu QI ia acima dos cento e cinquenta pontos.

Com essa denúncia, conseguimos aplacar aquilo que se pretendia fazer, e isso custou-me – a mim e a alguns outros colegas Deputados, por outras razões – a cassação do meu mandato de Deputado Federal, a suspensão dos meus direitos políticos por dez anos e a perda da minha cadeira de professor da Faculdade de Direito do Distrito Federal.

A nossa diplomacia registra ainda a entrevista do Barão do Rio Branco com o Ministro do Exterior da Alemanha, Barão Oswald de Richtöfen, em Berlim, em 1902, na qual o primeiro ouviu a seguinte declaração do segundo: "Seria conveniente que o Brasil não privasse o mundo das riquezas naturais da Amazônia". Em Genebra, o Presidente Epitácio Pessoa ouviu estarecido uma proposta do Presidente Wilson de internacionalização da Amazônia.

Em todas as ocasiões, – continua o documento – "o Governo brasileiro reagiu, opondo-se firmemente a elas. Dessa forma,

fomos nós, brasileiros, que preservamos a Amazônia de uma devastação semelhante a que ocorreu em outras regiões de floresta tropical úmida, na África e no Sudeste da Ásia.

O Sr. Djalma Falcão (PMDB – AL) – Permite-me V. Exª um aparte?

O SR. BERNARDO CABRAL (PFL – AM) – Tem V. Exª o aparte com muita honra, Senador Djalma Falcão.

O Sr. Djalma Falcão (PMDB – AL) – Senador Bernardo Cabral, inicialmente, aproveito o aparte para agradecer as referências generosas que V. Exª fez ao meu nome num pronunciamento desta mesma tribuna, há cerca de dois dias, depois que aqui cheguei para cumprir uma interinidade na vaga do Senador Renan Calheiros. E, lhe fazendo esse agradecimento, quero me referir também à luta que nós travamos na Câmara dos Deputados na Legislatura de 67 a 71. Ainda há poucos dias eu dava um testemunho pessoal ao Senador Guilherme Palmeira do papel de extraordinária grandeza que V. Exª, como jovem Parlamentar – incluído entre os dez mais jovens Parlamentares do Brasil na Câmara dos Deputados naquela época –, desempenhou, sobretudo em favor do restabelecimento das liberdades democráticas no País. E dizia ao nobre Senador Guilherme Palmeira, que, poucos dias, cerca de 10 a 15 dias depois de ser instalada aquela Legislatura, V. Exª ocupou a tribuna da Câmara dos Deputados para dissertar sobre a Amazônia, um dos temas prediletos da situação política de V. Exª, e que, no dia seguinte, o seu discurso, pela consistência e pela profundidade, foi manchete nos principais jornais do País, como o *Jornal do Brasil*, *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo*. A partir dali, V. Exª ganhou notoriedade não somente perante os seus companheiros mas perante a própria sociedade brasileira que viu em V. Exª um político talhado, sobretudo para a atuação e para a vida parlamentar. V. Exª se referiu ao projeto dos grandes lagos amazônicos e tem toda razão. Um dos motivos principais da cassação injusta do seu mandato e da suspensão dos seus direitos políticos pela ditadura militar foi exatamente a atuação que V. Exª teve, não somente na formulação da denúncia, mas, sobretudo, na sua atuação no Plenário da Comissão Parlamentar de Inquérito. Esse testemunho eu posso dar com a absoluta segurança, porque, por indicação do nosso Líder de então, o hoje Governador Mário Covas, fui eu escolhido, em nome do MDB, para presidir a Comissão Parlamentar de Inquérito dos grandes lagos

amazônicos. Uma Comissão que ouviu homens como o Governador do seu Estado, naquela época o Professor Arthur Reis; o General Peri Bevilacqua e o então Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas, General Augusto Fragoso, que tinha sido apontado como a pessoa que teria entregue ao então Presidente Castello Branco a carta do Departamento do Estado norte-americano, sugerindo a aprovação do Projeto do *History Institute*, de Nova Iorque, concebido pelo famoso futurólogo Herman Khan. Essa Comissão, infelizmente, dissolveu-se, desfez-se com a edição do Ato Institucional nº 5, até porque personalidades da sua estirpe, que compunham a Comissão, e outras, foram cassadas pelo Ato Institucional nº 5. É o testemunho que devo dar ao seu discurso. Corroboro com o que V. Exª acabou de se referir a respeito daquela Comissão, mas, sobretudo, a oportunidade que tenho para reafirmar aqui a admiração que tenho por V. Exª, que sempre foi permanente e crescente, por considerá-lo um Parlamentar de escol, um dos melhores que já habitou o Congresso Nacional desde 1822, e reafirmar-lhe também, além dessa admiração, a minha estima pessoal, que também é permanente e crescente.

O SR. BERNARDO CABRAL (PFL – AM) – Senador Djalma Falcão, V. Exª começou fazendo um agradecimento àquilo que considerou generosas as palavras de uma saudação que lhe fiz. Veja, por um instante, onde é que residiu generosidade, apenas num registro correto que fiz, e compare com as palavras de V. Exª. As palavras de V. Exª, isto sim, estão tão forradas de generosidade que me obriga a assinar uma hipoteca de admiração que não vou poder resgatá-la. A partir de hoje, Sr. Presidente, faço questão de que isso fique registrado, porque o Senador Djalma Falcão omitiu um dado que também quero registrar para que fique histórico: também S. Exª foi cassado, perdeu seu mandato, perdeu seus direitos políticos através de uma suspensão, mas continuou com a mesma trajetória do passado, seguindo à frente sem se envergonhar. A única alegria que ninguém vai me tirar é de eu poder dizer um dia que fui seu Colêga na Câmara e continuei sendo seu Colêga no Senado. Esse interregno ampliou a admiração, consolidou nossa amizade, que faz com que eu lhe diga: muito obrigado, Senador Djalma Falcão.

Continuo, Sr. Presidente, sei que V. Exª me adverte para o tempo, estou na metade do pronunciamento que gostaria de fazer; vou saltar alguma coisa, mas peço a V. Exª, na forma regimental, e tenho certeza de que V. Exª deferirá, que seja este estudo transcrito por inteiro no *Diário do Senado*. Mas,

devo, Sr. Presidente, pelo menos mostrar aqui algumas referências que não podem deixar de passar. Uma delas é a referência que se faz à nossa soberania nacional e à geopolítica mundial. Diz o trabalho:

"Esses fatos, tanto os do passado quanto os do presente, fazem parte dos jogos de interesses da geopolítica mundial. A Amazônia é a última região do globo terrestre que se apresenta como um relativo vazio demográfico, com fabuloso potencial de riquezas, bem mais atraente do que a Antártica. Por essa razão, desperta o interesse dos países mais desenvolvidos, que enviam esforços para usufruir, de uma forma ou de outra, dos seus recursos. Não podendo fazê-lo, por restrições da política brasileira, esses países, através de declarações de seus governantes ou por meio de ações de ONG, inibem e dificultam as ações nacionais na ocupação e exploração dos recursos da região.

Assim, o que há em andamento, com essas ingerências, é realmente uma disputa estratégica no âmbito da geopolítica mundial, da qual: – de um lado estão os países desenvolvidos que procuram mobilizar o nosso País em suas ações de desenvolvimento da Amazônia, certamente para mantê-la intocável, a fim de que possam explorá-la no futuro; – de outro lado, o nosso País, que não se deve deixar imobilizar, planejando e executando a sua ocupação racional e o seu desenvolvimento sustentável.

A problemática da Amazônia, que mobiliza atualmente grande parte da mídia internacional contra o Brasil, é conseqüente da existência na região dos denominados delitos transnacionais, tais como as agressões ao meio ambiente, os problemas indígenas, o narcotráfico e a segurança e os direitos à posse da terra pelas minorias que lá residem, entre outros. A eliminação desses delitos faz parte das premissas de convívio e equilíbrio nas relações entre Estados, segundo ditames "da nova ordem internacional".

Entende-se assim que, se a problemática da Amazônia é um problema mundial, ela é uma questão maior para o Brasil. Os países desenvolvidos apontam nossas vulnerabilidades na Amazônia, conseqüentes

da prática dos referidos crimes transnacionais na região. E isso envolve questões de soberania nacional.

Mais adiante, Sr. Presidente, nas considerações finais – e vou apenas ler uma, para que V. Ex^a me perdoe por ter ultrapassado o tempo, o que não deveria fazer, mas o perdão é concedido por antecipação –, relata o General Rubens Bayma Denys:

A ocupação e o desenvolvimento da Amazônia fazem parte de uma manobra geopolítica nacional de integração do território brasileiro. É a última grande região a ser realmente integrada ao restante do País. Urge acelerar a sua ocupação, preservando os seus ecossistemas, a fim de que não se pense que ela, por se encontrar vazia, não pertence a ninguém. É a "fronteira do futuro" que, integrada e desenvolvida, proporcionará ao Brasil e à Nação a almejada posição de grandeza.

Sr. Presidente, lamento que não seja possível, num tema desta natureza, discorrer e mostrar atos, fatos, a fim de que se indiquem caminhos e se apontem soluções.

Ao final, devo registrar que a Amazônia é nossa, do Brasil. Nós, os brasileiros, é que devemos ditar regras, impor condições para resguardar a sua soberania.

Enquanto isso for possível, Sr. Presidente, através de vozes que se têm feito ouvir no Brasil inteiro, tenho certeza de que a minha vinda à tribuna não será desnecessária, não será inconseqüente, porque lá fora ecoarão os ecos de protesto e aqui dentro a nossa defesa será inalterável e inabalável.

Agradeço a V. Ex^a e reitero o requerimento para que V. Ex^a, na forma regimental, faça mercê a este seu colega determinando que se publique, na íntegra, o documento no *Diário do Senado*.

Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. BERNARDO CABRAL EM SEU PRO-NUNCIAMENTO:

Considerações sobre a região – O patrimônio amazônico

Inserida na grande bacia internacional de 7.000 km², ao Norte do Continente Sulamericano, a Amazônia Legal brasileira compreende uma área de 5.029.322Km², constituída pelos Estados de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Amapá, Pará, Maranhão, Tocantins e Mato Grosso. Ela corresponde a 58% do terri-

tório nacional, ou seja, mais da metade da enorme extensão do Brasil.

O valioso patrimônio amazônico, bastante diversificado em sua natureza, distribui-se pela superfície e pelo subsolo de um território que corresponde a vigésima parte (1/20) da superfície terrestre. Nele inclui-se uma biota de cerca de dois milhões de espécies, que vem a ser um décimo da existente em nosso planeta. Os recursos hídricos, disponíveis nas amplas bacias hidrográficas da região, representam cerca de um quinto (1/5) das disponibilidades mundiais de água doce. Conta com várias províncias minerais, das mais ricas do mundo, ao Sul e ao Norte das calhas dos rios Solimões e Amazonas, de ferro, manganês, ouro, cobre, cassiterita, bauxita, caulim e outros minérios nobres e raros, e, mais recentemente, petróleo e gás natural. Destaca-se, ainda, um potencial hidrelétrico da ordem de 100 milhões de quilowates (metade do total brasileiro).

São a concentração e a grande diversidade dessas riquezas que têm provocado a admiração universal e a cobiça internacional, em relação a nossa Amazônia.

Esta imensa área abriga além da vegetação de transição e de cerrado, a maior floresta tropical úmida do mundo, que representa um terço (1/3) da vegetação latifoliada do planeta, para a qual se voltam, cada vez mais, o interesse e a atenção das comunidades nacional e internacional, preocupadas com o impacto ambiental que poderá resultar de sua ocupação e colonização. Temem que se repitam, nesta reserva florestal – erroneamente designada como "pulmão do mundo" – os mesmos crimes contra a natureza que desnudaram a superfície de continente inteiro, como a África, a Ásia, a Europa e, mesmo, as Américas do Norte e Central.

A comunidade internacional e a Amazônia

Certamente, desde as primeiras notícias sobre a imensidão e as riquezas da região, trazidas pelas primeiras expedições dos descobridores, espanhóis e portugueses, criou-se na consciência mundial um sentimento de admiração e de expectativas, em relação à Amazônia. É compreensível, portanto, o surgimento, nesse quadro, de um certo interesse, por parte de empresas e países estrangeiros, em interferir, de uma ou outra forma, nos destinos da imensa região, a fim de poder usufruir também das suas riquezas.

As primeiras notícias, a respeito, datam do início do século passado. O jornalista Cros Chagas, em recente reportagem publicada na revista Manchete, em 5 de julho de 1997, referiu-se a um estranho mapa da América do Sul, redesenhado pelo capital da Marinha dos Estados Unidos. Mathew Fawry, famoso oceanógrafo, e enviado à Secretaria de Estado em abril de 1817, em anexo a um memorando que ele havia encaminhado no ano anterior, em 1816, sob o título "Desmobilization of the Colony of Brazil". No ano, portanto, em que havíamos passado a Reino Unido de Portugal e Algarves. No mapa e no memorando, ele sugeria que os Estados Unidos tomassem a iniciativa de estimular a criação do Estado soberano da Amazônia, incluindo a região limitada pelas Guianas, Venezuela e Colômbia, ao Norte, e, ao Sul, por uma linha reta que começaria por São Luís do Maranhão e, hoje, terminaria no ponto extremo em que Rondônia se limita com Mato Grosso.

A partir de então, até os anos setenta deste século, são inúmeros os registros dessas tentativas de interferência. Elas traduziram sempre o firme propósito de obter do governo brasileiro concessões para explorar os recursos da região, ou nela realizar

certos empreendimentos em completo desacordo com os interesses nacionais. Dentre esses registros, citam-se: o empenho, na segunda metade do século passado, repellido pelo governo brasileiro da Amazon River Corporation, que desejava autorização para explorar a nossa Amazônia através de projetos de colonização; o relato de Nícle Villela Luiz, feito há quarenta anos atrás, sobre o plano do general James Waston Webb, ministro plenipotenciário de Washington, para que a Amazônia fosse destinada aos negros americanos, evitando-se que se repetissem as condições socioeconômicas que levaram à Guerra da Secasão; a tese japonesa de mandar para lá os filhos de americanos com japoneses durante a ocupação da Segunda Guerra; a proposta americana feita ao Presidente Dutra para o Brasil receber excedentes populacionais de Porto Rico; o desejo de colocar ali 200 árabes refugiados da Palestina; e, o projeto Hudson Institute de criar um grande lago na região. A nossa diplomacia registra ainda a entrevista do Barão do rio Branco com o Ministro do Exterior da Alemanha, Barão Oswald de Richtöfen, em Berlim, em 1902, na qual o primeiro ouviu a seguinte declaração do segundo: "Seria conveniente que o Brasil não privasse o mundo das riquezas naturais da Amazônia". Em Genebra, o Presidente Epitácio Pessoa ouviu estarecido uma proposta do Presidente Wilson de internacionalização da Amazônia.

Em todas as ocasiões, o Governo brasileiro reagiu, opondo-se firmemente a elas. Dessa forma, fomos nós, brasileiros, que preservamos a Amazônia de uma devastação semelhante a que ocorreu em outras regiões de floresta tropical úmida, na África e no Sudeste da Ásia.

A partir da década de 80, entretanto, as interferências estrangeiras assumiram também o caráter de exigências feitas ao governo brasileiro para adotar medidas de preservação do meio ambiente e de proteção e assistência às populações indígenas que habitam a região. Tais exigências e a forma como elas vêm sendo conduzidas, através de declarações explícitas de governantes estrangeiros ou da mídia internacional, parecem traduzir um firme propósito de transformar a região em um grande contencioso internacional.

Em 1981, surgiram as diretrizes do Conselho Mundial das Igrejas Cristãs, com sede em Genebra. Elas afirmaram claramente, ao se referir à Amazônia e à população indígena que a habita, tratarem-se os mesmos de "patrimônios da Humanidade e não dos países, cujos territórios, pretensamente, dizem pertencer-lhes". E, ao que parece, essas diretrizes passaram a sinalizar uma nova forma de ingerência estrangeira nos destinos da Amazônia brasileira.

Em 1986 e nos anos seguintes, tomaram grande incremento as campanhas internacionais contra as devastações e queimadas das florestas amazônicas, promovidas por ONG européias e parlamentares norte-americanos. Destacam-se, dentre esses, os Senadores Albert Gore, Robert Kasten, Tim Wirth e John Heinz que, em comissão do Senado Americano, estiveram no Brasil, em 1988, quando foram recebidos pelo governo brasileiro em Brasília e, após, visitaram Rondônia e Acre. Tinham vindo constatar os resultados das queimadas e das devastações da floresta amazônica que, segundo hipótese formulada no Capitólio, a partir do final de 1987, seriam responsáveis pelo efeito-estufa que havia elevado a temperatura do planeta naquela época. Um pouco mais tarde, o Senador Bob Kasten chegou a declarar textualmente: "quando está em jogo o meio ambiente e especialmente o efeito-estufa, as fronteiras nacionais são irrelevantes" (Crítica, edição de 3 de fevereiro de 1989). Em seu excelente trabalho intitulado "Amazônia: Planetarização e Moratória Ecológi-

ca", Samuel Benchimol denomina essa questão de "A síndrome do Capitólio". Foi a partir dessa época que passaram a ser mais explícitas as negativas de empréstimos para a construção de rodovias e de usinas hidrelétricas na região, por parte dos bancos internacionais de fomento, particularmente do BIRD. O presidente desse banco havia recebido do Senador Kasten uma carta, cuja cópia circulou em Brasília, nessa ocasião, recomendando a negativa de empréstimos para realização de obras de infraestrutura na região amazônica.

Em 1989, ocorreu a atuação de parlamentares europeus junto à Comunidade Econômica Européia, no sentido de interromper o Projeto Grande Carajás, de forma a inibir a exploração organizada de nossa riqueza mineral.

Ainda em 1989, conforme relato do Senador Samey, publicado em *O Globo*, de domingo, 18 Jul. de 1993, o Presidente da França convidou o Presidente do Brasil para participar de uma reunião do Grupo dos sete, em Amsterdan, cuja finalidade era aceitarmos delegar aos organismos internacionais (controlados por eles), sob a invocação ecológica, parte de nossos direitos relativos à preservação dos ecossistemas amazônicos, permitindo-lhes, assim, ditar normas sobre o aproveitamento dos nossos recursos naturais. O "Presidente Mitterrand foi sincero e declarou: "Os detentores da floresta amazônica devem reconhecer que sua soberania sobre ela é relativa". O atual Vice-Presidente dos Estados Unidos da América, o Sr. Al Gore, justificava o seu ponto de vista: "A devastação é inacreditável e constitui uma das maiores tragédias da história". "O que não é bem verdade", concluía o autor esse relatos.

Nessa mesma reunião do Grupo dos Sete, o chanceler da Alemanha, Sr. Helmut Kohl, disse que os países que formam o referido grupo precisam fazer um acordo com o governo brasileiro, para que se estabeleçam normas sobre a administração da Amazônia. Defendiam uma estranha tese de "defesa compartilhada do meio ambiente", através de uma estrutura supranacional que teria direito de intervir em nossos assuntos internos.

Recentemente, temos notícias de que o Sr. Al Gore declarou que o Governo brasileiro deve se convencer de que a Amazônia não é um patrimônio só do Brasil e que a sua preservação deve ser compartilhada com os demais países que podem fazê-lo.

As ONG internacionais, sem compromissos com os direitos de autodeterminação das nações e dos estados, promovem movimentos de formação de opinião mundial em relação à Amazônia, em diferentes países desenvolvidos, segundo os interesses próprios e idéias que defendem. Alguns desses movimentos procuram criar um consenso de que a Amazônia é um bem da humanidade e o Brasil não tem capacidade para preservá-la. Um dos meios utilizados tem sido a colocação de números de telefones à disposição do público para emitir opinião a respeito dessa questão.

A soberania nacional e a geopolítica mundial

Esses fatos, tanto os do passado, quanto os do presente, fazem parte dos jogos de interesse da geopolítica mundial. A Amazônia é a última região do globo terrestre que se apresenta como um relativo vazio demográfico, com fabuloso potencial de riquezas, bem mais atraente do que a Antártica. Por essa razão, desperta o interesse do países mais desenvolvidos que envidam esforços para usufruir, de uma forma ou de outra, dos seus recursos. Não podendo fazê-lo, por restrições da

política brasileira, esses países, através de declarações de seus governantes ou por meio de ações de ONG, inibem e dificultam as ações nacionais na ocupação e exploração dos recursos da região.

Assim, o que há em andamento, com essas ingerências, é realmente uma disputa estratégica no âmbito mundial, na qual: - de um lado, estão os países desenvolvidos que procuram imobilizar o nosso País em suas ações de desenvolvimento da Amazônia, certamente para mantê-la intocável a fim de que possam explorá-la no futuro; - de outro lado, o nosso País que não se deve deixar imobilizar, planejando e executando a sua ocupação racional e o seu desenvolvimento sustentável.

A problemática da Amazônia, que mobiliza atualmente grande parte da mídia internacional contra o Brasil, é conseqüente da existência na região dos denominados delitos transnacionais, tais como as agressões ao meio ambiente, os problemas indígenas, o narcotráfico e a segurança e os direitos à posse da terra pelas minorias que lá residem, entre outros. A eliminação desses delitos faz parte das premissas de convívio e equilíbrio nas relações entre Estados, segundo ditames da "nova ordem internacional".

Entende-se assim que, se a problemática da Amazônia é um problema mundial, ela é uma questão maior para o Brasil. Os países desenvolvidos apontam nossas vulnerabilidades na Amazônia, conseqüentes da prática dos referidos crimes transnacionais na região. E, isso envolve questões de soberania nacional.

Vale aqui apresentar o seguinte conceito a respeito:

A soberania - o supremo poder de um país como estado autônomo - identifica-se com a manutenção da intangibilidade da nação, fazendo valer, dentro de seu território, a generalidade de suas decisões, assegurada a faculdade de autodeterminar-se e de conviver com as demais nações em termos de igualdade de direitos.

Sabemos nós, brasileiros, ser incontestável o direito de soberania da Nação sobre a Amazônia brasileira. Ela é parte integrante do patrimônio nacional. Entretanto, esse direito inalienável impõe ao Governo brasileiro a responsabilidade de tomar mais eficaz o exercício da autoridade governamental na região, lá incrementando a observância à lei e à ordem, que ainda deixa muito a desejar. A principal razão reside na deficiência de recursos para fazer mais presente e eficaz a ação governamental, onde ela se faz necessária, de forma a poder fiscalizar e coibir atos ilícitos, violências, agressões ao meio ambiente, e outros contrários aos interesses nacionais.

Há que fazer bem o dever de casa. Se não o fizermos de nada adiantará, como autodefesa, lançarmos contra o mundo desenvolvido a sua maior responsabilidade, que é comprovada, pelo atual nível de poluição do meio ambiente, com os desastres conseqüentes na camada de ozônio e o aumento de temperatura no globo terrestre.

A política ambiental brasileira, após a ampla reformulação realizada em 1998, foi implantada apenas em seu estágio inicial. Os órgãos federais de fiscalização e acompanhamento dessa política não tiveram a incrementação adequada - Ibama, Funai, Polícia e Receita Federal, sem citar os dos estados. O mesmo ocorreu com outras medidas de sustentação, tais como o zo-

neamento ecológico e econômico, que não tiveram a continuidade e a prestação adequadas na implementação. O zoneamento ecológico e econômico é a base de partida para o planejamento e a execução de uma correta política de desenvolvimento sustentável para a região.

É necessário que o País tome evidente a sua disposição e o seu empenho em corrigir os desacetos da ocupação precipitada da região na década de 70, cujas consequências ainda se fazem sentir em face do rápido aumento populacional, sem que o mesmo fosse acompanhado de uma correspondente adequação na estrutura administrativa do governo.

Somente após isso, e quando o País dispuser de uma política ambiental e de desenvolvimento sustentável para a Amazônia, acompanhada de planejamentos e meios de execução que façam prevalecer a observância, na região, por nacionais e estrangeiros, das generalidades das decisões governamentais, é que realmente teremos feito o nosso dever. A partir de então, firmemente respaldado na opinião da sociedade nacional, o País terá melhores condições de refutar as ingerências e pressões externas, de governo e ONG, contrárias aos interesses nacionais.

A rigor, porém, não existe uma destruição da Amazônia. Na verdade, subsistem ainda imensidões verdes, lugares onde jamais pisou o pé do homem – a Calha Norte, por exemplo. A área de floresta contínua corresponde a quase metade de todo o nosso território, possuindo extraordinária capacidade regenerativa, sobre a qual quase nunca se fala. Porém, por deficiência de uma adequada estruturação dos órgãos federais competentes, continuam ocorrendo na região as agressões ao meio ambiente, os ilícitos, os descaminhos e as violências de toda a ordem contra as minorias socioeconômicas. E, disso se aproveita o mundo desenvolvido para realizar uma campanha orquestrada internacionalmente, cujo propósito é caracterizar a incapacidade do Brasil de administrar a região de modo a justificar direitos de ingerência nos seus destinos, que justifique uma intervenção "legalizada" na nossa Amazônia, com falsos argumentos humanitários ou antropológicos (proteção das populações indígenas, posseiros, extrativista, etc) e ecológicos. Daí surgem expressões que atentam contra a auto determinação dos povos e a pureza dos princípios e normas de convívio entre as nações, tais como soberania compartilhada, restrita ou limitada que não são reconhecidas pelo Direito Internacional Público. Elas são oriundas de declarações recentes de destacadas autoridades de nível mundial, que visam objetivamente enfraquecer os nossos direitos históricos de posse sobre a região de mais de 350 anos. E, constituem parte da disputa estratégica já referida: manter a Amazônia intocada – reserva mundial de minerais, água potável e biodiversidade.

Porém, não é porque o País ainda não fez a contento o seu dever de casa que o Estado e a Nação devem aceitar passivamente as ingerências e pressões externas contrárias aos interesses nacionais. É preciso se ter bem presente que está em jogo, antes de mais nada, interesses geopolítico internacional e, por isso, deve-se atentar para possíveis manobras contra os direitos da soberania nacional sobre a Amazônia. Dessa forma, é fundamental que o Estado brasileiro tenha capacidade de resistência política a pressões externas que, de alguma forma, buscam interferir no direito de auto determinação da Nação sobre a região.

Entretanto, em mais de uma ocasião, essa capacidade de resistência mostrou-se pouco satisfatória. Um exemplo marcante, nesse aspecto, ocorreu no final de 1991, às vésperas da Eco 92.

O fato, de grande repercussão nacional, foi a anulação da demarcação, já existente, realizada segundo os ditames da Constituição de 1988, das 19 áreas indígenas lanomami, envolvidas por áreas de preservação ambiental (Flona do Amazonas e de Roraima e o Parque do Pico da Neblina), feita em 1988, e, em seguida, realizada uma nova demarcação, dessa vez em uma área reservada contínua com mais de 9 milhões de hectares. O Governo Inglês intermediara insistentemente, junto ao governo brasileiro, para que realizasse uma nova demarcação das referidas terras indígenas, dessa vez conforme pretendido por ONG internacionais, caso contrário, afirmava avalizando diplomaticamente a referida pretensão, elas boicotariam a referida reunião internacional. É oportuno dizer que tal revisão se deveu à perseverante ação da Sr^a. Cláudia Andujar, que desde meados da década de 70, quando chegou ao Brasil, vinha lutando pela demarcação contínua da região lanomami, coincidentemente uma rica província mineral.

Também, não têm sido raras as ocasiões, em que o governo brasileiro se viu praticamente compelido, por insistentes gestões de governos estrangeiros, feitas a nível diplomático, geralmente em caráter de urgência, a consentir na entrada de expedições de pesquisas científicas à Amazônia, sem que os solicitantes tenham atendido adequadamente às exigências da legislação brasileira que regulam as mesmas, com vistas a resguardar os direitos nacionais de compartilhar dos conhecimentos adquiridos.

Considerações finais

Atualmente, o mundo desenvolvido tomou maior consciência das potencialidades da região e dos benefícios que ela possa trazer para todos os países, se bem preservada e adequadamente explorada. As ingerências estrangeiras se fazem mais intensas, inclusive através de declarações de altas autoridades governamentais internacionais.

Caso o País demonstre incapacidade de eliminar a prática dos ilícitos, das agressões ao meio ambiente, da violência e dos desmandos na região, essas vulnerabilidades poderão servir de sustentação a ações internacionais de maiores intensidades.

Para fazer face ao atual quadro, de tentativas de internacionalização de nossa Amazônia, que já é secular, cabe ao Governo brasileiro manter sua tradicional postura política, firme e decidida, de resguardar permanentemente os direitos de autodeterminação do País com relação ao futuro da região. Postura que não aceita coexistir com a possibilidade de ceder a pressões ou exigências estrangeiras contrárias aos interesses nacionais, por menores que elas sejam. Mas, que não vacile em atendê-las quando forem do interesse da Nação.

A ocupação e o desenvolvimento da Amazônia fazem parte de uma manobra geopolítica nacional de integração do território brasileiro. É a última grande região a ser realmente integrada ao restante do País. Urge acelerar a sua ocupação, preservando os seus ecossistemas, a fim de que não se pense que ela, por se encontrar vazia, não pertence a ninguém. É a "fronteira do futuro" que, integrada e desenvolvida, proporcionará ao Brasil e à Nação a almejada posição de grandeza.

Ao contrário do que se alardeia na mídia internacional, o Brasil possui uma consciência ecológica tão amadurecida a ponto de abrir espaço disposições sobre o meio ambiente na Carta Magna do País, fato inusitado entre as demais nações. No que respeita as populações indígenas, em nenhum outro país do

ATOS DO PRESIDENTE**(*) ATO DO PRESIDENTE****Nº 31, DE 1998**

O PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução do Senado Federal nº 09, de 1997, **RESOLVE**:

Designar o servidor **CARLOS MAGNO CATALDI SANTORO**, matr. 114, ocupante do cargo de Analista de Informática Legislativa, do Quadro de Pessoal do Centro de Informática e Processamento de Dados do Senado Federal - PRODASEN, para exercer a Função Comissionada, símbolo FC-8, de Diretor da Divisão de Atendimento e Desenvolvimento de Sistemas para a Área Administrativa e Usuários Externos, com efeitos a partir de 13 de maio de 1998.

Brasília-DF, 14 de maio de 1998.


Senador ANTONIO CARLOS MAGALHÃES
Presidente

(*) Republicado por haver saído com incorreção

(*) ATO DO PRESIDENTE**Nº 32, DE 1998**

O PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, no uso das competências regimentais e regulamentares que lhe foram atribuídas, **RESOLVE** designar o servidor **RONALDO WAGNER CARMONA** para exercer a função

comissionada de Consultor Jurídico, Símbolo FC-8, da Secretaria Especial de Editoração e Publicações, a partir desta data.

Senado Federal, 14 de maio de 1998.



ANTONIO CARLOS MAGALHÃES
Presidente do Senado Federal

(*) Republicado por haver saído com incorreção

ATOS DO DIRETOR-GERAL

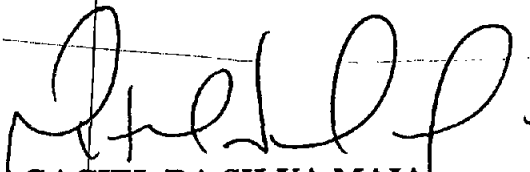
ATO DO DIRETOR GERAL Nº 919, DE 1998

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 4º, § 1º, da Resolução nº 63, de 1997, e tendo em vista o que consta do Processo nº 007.035/98-5,

RESOLVE exonerar, na forma do disposto no artigo 35, inciso I, da Lei nº 8.112, de 1990, **FERNANDO CÉSAR GUARANY**, matrícula

nº 5678, do cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-3, do Gabinete do Senador Lúcio Alcântara, a partir de 1º de junho de 1998.

Senado Federal, 22 de maio de 1998.



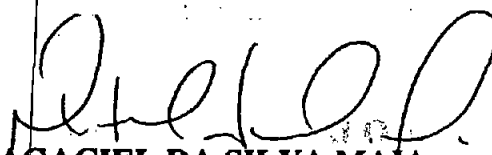
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 920, DE 1998

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 4º, § 1º, da Resolução nº 63, de 1997, e tendo em vista o que consta do Proc. nº 007.035/98-5,

RESOLVE nomear, na forma do disposto no inciso II do art. 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **CARLOS HENRIQUE AMORIM PORTO** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-3, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Lúcio Alcântara.

Senado Federal, 22 de maio de 1998.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

100-1000

oh

100-1000

100-1000

100-1000

100-1000
100-1000
100-1000
100-1000

100-1000

100-1000
100-1000
100-1000
100-1000

100-1000
100-1000

100-1000

100-1000

100-1000

100-1000

100-1000

100-1000

100-1000

100-1000

100-1000

100-1000

100-1000

100-1000
100-1000

100-1000

100-1000

100-1000

100-1000

100-1000

100-1000

CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR
(Eleito em 19-4-95)

Presidente : Casildo Maldaner - PMDB - SC
Vice-Presidente: José Alves - PFL - SE
(Eleitos em 28-2-96)

Titulares	Suplentes
<p align="center">PFL</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Elcio Alvares 2. Francelino Pereira 3. Waldeck Ornelas (1) 4. José Alves 	<p align="center">PFL</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. José Agripino 2. Carlos Patrocínio 3. Wilson Kleinfübing 4. José Bianco
<p align="center">PMDB</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Casildo Maldaner 2. Ramez Tebet 3. Nabor Júnior 4. Ney Suassuna 	<p align="center">PMDB</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. (Vago) 2. Gerson Camata 3. Flaviano Melo 4. Coutinho Jorge
<p align="center">PSDB</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Lúcio Alcântara 2. (Vago) 	<p align="center">PSDB</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Jefferson Peres 2. José Ignácio Ferreira
<p align="center">PPB (Ex-PPR + Ex-PP)</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Eptacio Cafeteira 2. Osmar Dias 	<p align="center">PPB (Ex-PPR + Ex-PP)</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Lucídio Portella
<p align="center">PTB</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Emilia Fernandes 	<p align="center">PTB</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Arlindo Porto
<p align="center">PP</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Osmar Dias 	<p align="center">PP</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Antônio Carlos Valadares
<p align="center">PT</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Marina Silva 	<p align="center">PT</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Lauro Campos
<p align="center">PDT</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. (Vago) 	<p align="center">PDT</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Sebastião Rocha
<p align="center">Membro Nato Romeu Tuma (Corregedor)</p>	

(Atualizado em 13.04.98)

(1) Posse como Ministro de Estado da Previdência e Assistência Social, em 7.04.98.

**SECRETARIA -GERAL DA MESA
SUBSECRETARIA DE COMISSÕES**

Diretora: CLEIDE MARIA B. F. CRUZ

Ramais: 3490 - 3491 Fax: 1095

**SERVIÇO DE APOIO ÀS COMISSÕES ESPECIAIS E PARLAMENTARES DE
INQUÉRITO**

Chefe: LUIZ CLÁUDIO DE BRITO

Ramais: 3511 - 3514 Fax: 3606

Secretários: ADRIANA TAVARES SOBRAL (Ramal: 4252)
FRANCISCO NAURIDES BARROS (Ramal: 3508)
MARTA HELENA PINTO F. PARENTE (Ramal: 3501)

SERVIÇO DE APOIO ÀS COMISSÕES MISTAS

Chefe: JOSÉ ROBERTO ASSUMPCÃO CRUZ

Ramais: 3507 - 3520 Fax: 3512

Secretários: EDNALDO MAGALHÃES SIQUEIRA (Ramal: 3520)
CLEUDES BOAVENTURA NERY (Ramal: 3503)
JOAQUIM BALDOÍNO DE B. NETO (Ramal: 4256)
SÉRGIO DA FONSECA BRAGA (Ramal: 3502)
WILL DE MOURA WANDERLEY (Ramal: 3509)
ELIZABETH GIL BARBOSA VIANA (Ramal: 4792)
MARIA DE FÁTIMA M. DE OLIVEIRA (Ramal: 4256)

SERVIÇO DE APOIO ÀS COMISSÕES PERMANENTES

Chefe: FRANCISCO GUILHERME THEES RIBEIRO

Ramais: 4638 - 3492 Fax: 4573

Secretários: CE - JULIO RICARDO BORGES LINHARES (Ramal: 4604)
CI - CELSO ANTONY PARENTE (Ramal: 4607)
CAE - DIRCEU VIEIRA MACHADO FILHO (Ramal: 4605)
- LUIZ GONZAGA DA SILVA FILHO (Ramal: 3516)
CAS - RAIMUNDO FRANCO DINIZ (Ramal: 4608)
- VERA LÚCIA BATISTA SILVA (Ramal: 7285)
CCJ - VERA LÚCIA LACERDA NUNES (Ramal: 4609)
CRE - MARCOS SANTOS PARENTE FILHO (Ramal: 3496)
CFC - JOSÉ FRANCISCO B. DE CARVALHO (Ramal: 3935)

COMISSÕES PERMANENTES

(ARTº 72 - RISF)

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

PRESIDENTE: VAGO (1)

VICE-PRESIDENTE: SENADOR FERNANDO BEZERRA
(27 TITULARES E 27 SUPLENTE)

TITULARES		SUPLENTE	
		PFL	
FRANCELINO PEREIRA	MG -2411/12	1-ROMERO JUCA	RR-2111/12
VILSON KLEINÜBING	SC -2041/42	2-JOSÉ AGRIPINO	RN-2361/62
GILBERTO MIRANDA	AM -3104/05	3-JOSÉ BIANCO	RO2231/32
BELLO PARGA	MA -3069/70	4-ÉLCIO ALVARES	ES-3130/31
LEONEL PAIVA	DF- 1248	5-EDISON LOBÃO	MA-2311/12
JONAS PINHEIRO	MT - 2271/72	6-JOSAPHAT MARINHO	BA-3173/74
JÓAO ROCHA	TO -4071/72	7-JOEL DE HOLLANDA	PE-3197/98
JÚLIO CAMPOS	MT - 4064/65	8-DJALMA BESSA	BA- 2211/12
		PMDB	
GILVAM BORGES	AP-2151/52	1-JADER BARBALHO	PA-3041/43
FERNANDO BEZERRA	RN-2461/67	2-MARLUCE PINTO	RR-1101/1201
NEY SUASSUNA	PB-1145/1245	3-MAURO MIRANDA	GO-2091/92
JOSÉ SAAD	GO-3149/50	4-ROBERTO REQUIÃO	PR-2401/02
CARLOS BEZERRA	MT-2291/92	5-PEDRO SIMON	RS-3230/31
RAMEZ TEBET	MS-2221/22	6-CASILDO MALDANER	SC-2141/42
JOSÉ FOGAÇA	RS-3077/78	7-GERSON CAMATA	ES-3203/04
		PSDB	
JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF-2011/12	1-TEOTÔNIO VILELA FILHO	AL-4093/94
COUTINHO JORGE	PA-1026/1226	2-BENI VERA'S	CE-3242/43
JEFFERSON PERES	AM-2061/62	3-LÚCIO ALCÂNTARA	CE-2301/02
PEDRO PIVA	SP- 2351/52	4-LÚDIO COELHO	MS-2381/82
OSMAR DIAS	PR-2124/25	5-SÉRGIO MACHADO	CE- 2281/85
BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PSB, PPS)			
EDUARDO SUPLYCY - PT	SP-3213/15	1-ANTONIO CARLOS VALADARES	SE-2201/02
- PSB			
LAURO CAMPOS - PT	DF-2341/42	2-SEBASTIÃO ROCHA - PDT	AP-2244/46
ADEMIR ANDRADE - PSB	PA-2101/02	3- ROBERTO FREIRE - PPS	PE-2161/67
JOSÉ EDUARDO DUTRA - PT	SE- 2391/92	4- ABDIAS NASCIMENTO - PDT	RJ-1121/4229
		PPB	
ESPERIDIÃO AMIN	SC-4200/06	1-EPITACIO CAFETEIRA	MA-1402/11
LEVY DIAS	MS-1128/1228	2-LEOMAR QUINTANILHA	TO-2071/77
		PTB	
ODACIR SOARES	RO-3218/19	VAGO	

REUNIÕES: QUINTAS-FEIRAS ÀS 10:00 HS. (*) SALA Nº 19-ALA SEN. ALEXANDRE COSTA

SECRETÁRIO: DIRCEU VIEIRA MACHADO FILHO TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3255

TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3516/4605/11 FAX: 311-4344

(*) Horário de acordo com a Ata publicada no DSF de 12.9.97, pgs. 18655/6

Horário regimental: 3ª feiras às 10:00 hs.

Atualizada em: 13/05/98.

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS
PRESIDENTE: SENADOR ADEMIR ANDRADE
VICE-PRESIDENTE: SENADOR LEOMAR QUINTANILHA
(29 TITULARES E 29 SUPLENTE)

TITULARES		SUPLENTE	
PFL			
ROMERO JUCA	RR-2111/17	1-GUILHERME PALMEIRA	AL-3245/47
JONAS PINHEIRO	MT-2271/77	2-EDISON LOBÃO	MA-2311/15
JOSÉ ALVES	SE-4055/57	3-ELCIO ALVARES	ES-3130/35
BELLO PARGA	MA-3069/72	4-JOSÉ AGRIPINO	RN-2361/67
JOEL DE HOLLANDA	PE-3197/98	5-BERNARDO CABRAL	AM-2081/87
LEONEL PAIVA	DF-1046/1146	6-ROMEU TUMA	SP-2051/57
JOSÉ BIANCO	RO-2231/37	7-JOÃO ROCHA	TO-4070/71
JÚLIO CAMPOS	MT-4064/65	8-VAGO	
DJALMA BESSA	BA - 2211/12	9-VAGO	
PMDB			
CARLOS BEZERRA	MT- 2291/97	1-JOSÉ FOGAÇA	RS-3077/78
GILVAM BORGES	AP-2151/57	2- JOSÉ SAAD	GO-3149/50
JOÃO FRANÇA (1)	RR-3067/4078	3- PEDRO SIMON	RS- 3230/31
CASILDO MALDANER	SC-2141/47	4-JOSÉ SARNEY	AP-3429/31
MAURO MIRANDA	GO-2091/92	5-DJALMA FALCÃO	AL-2261/62
NABOR JUNIOR	AC-1478/1378	6-VAGO	
MARLUCE PINTO	RR-1101/4062	7-VAGO	
IRIS REZENDE	GO-2032/33	8-VAGO	
PSDB			
LÚCIO ALCANTARA	CE-2301/07	1-ARTUR DA TAVOLA	RJ-2431/37
OSMAR DIAS	PR-2124/25	2-BENI VERAS	CE-1149
LÚDIO COELHO	MS-2381/87	3-SERGIO MACHADO	CE-2281/87
CARLOS WILSON	PE-2451/57	4-COUTINHO JORGE	PA-1026/1226
JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF-2011/16	5-JEFFERSON PERES	AM-2061/67
BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PSB, PPS)			
BENEDITA DA SILVA - PT	RJ-2171/77	1-EMILIA FERNANDES - PDT	RS-2331/37
MARINA SILVA - PT	AC-2181/87	2-LAURO CAMPOS - PT	DF-2341/47
ADEMIR ANDRADE - PSB	PA-2101/07	3-ABDIAS NASCIMENTO - PDT	RJ-1121/4229
SEBASTIÃO ROCHA - PDT	AP-2244/46	4-ROBERTO FREIRE - PPS	PE-2161/67
PPB			
ERNANDES AMORIM	RO-2051/57	1-EPITACIO CAFETERIA	MA-4073/74
LEOMAR QUINTANILHA	TO-2071/76	2-ESPERIDIÃO AMIN	SC-4200/06
PTB			
ODACIR SOARES	RO-3218/3219	1-ARLINDO PORTO	MG- 2321/22

(1) Desfilou-se do PMDB, ingressando no PPB, em 2.10.97.

REUNIÕES: QUARTAS-FEIRAS ÀS 10:00 HS (*)
SECRETÁRIO: RAYMUNDO FRANCO DINIZ
TELEFONES DA SECRETARIA: 311-4608/3515

SALA Nº 09-ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3359
FAX: 311-3652

(*) Horário de acordo com a Ata publicada no DSF de 12.9.97, pgs. 18655/6
 Horário regimental: 4ªs feiras às 14:00 hs.

Atualizada em: 07/05/98

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

PRESIDENTE: SENADOR BERNARDO CABRAL

VICE-PRESIDENTE: SENADOR RAMEZ TEBET

(23 TITULARES E 23 SUPLENTE)

TITULARES		SUPLENTE	
		PFL	
GUILHERME PALMEIRA	AL-3245/47	1-ÉLCIO ALVARES	ES-3130/32
ROMERO JUCÁ	RR-2111/17	2-EDISON LOBÃO	MA-2311/15
JOSÉ BIANCO	RO-2231/37	3-JOSÉ AGRIPINO	RN-2361/67
BERNARDO CABRAL	AM-2081/87	4-LEONEL PAIVA	DF-1046/1146
FRANCELINO PEREIRA	MG-2411/17	5-BELLO PARGA	MA-3069/72
JOSAPHAT MARINHO	BA-3173/74	6-GILBERTO MIRANDA	AM-1166/3104
ROMEU TUMA	SP-2051/52	7-DJALMA BESSA	BA - 2211/12
		PMDB	
JADER BARBALHO	PA-3051/53	1-NEY SUASSUNA	PB-4345/46
JOSÉ FOGAÇA	RS-3077/78	2-CARLOS BEZERRA	MT-2291/97
ROBERTO REQUIÃO	PR-2401/07	3-CASILDO MALDANER	SC-2141/47
RAMEZ TEBET	MS-2221/27	4-FERNANDO BEZERRA	RN-2461/2467
PEDRO SIMON	RS-3230/32	5-GILVAM BORGES	AP-2151/52
DJALMA FALCÃO	AL-2261/62	6-VAGO	
		PSDB	
JEFFERSON PERES	AM-2061/67	1-SERGIO MACHADO	CE-2284/87
JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA	ES-2121/24	2-JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF-2011/17
LÚCIO ALCÂNTARA	CE-2301/07	3-OSMAR DIAS	PR-2124/25
BENI VERAS	CE-3242/43	4-PEDRO PIVA	SP-2351/52
BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PSB, PPS)			
ANTÔNIO C. VALADARES- PSB	SE-2201/04	1-ADEMIR ANDRADE - PSB	PA-2101/07
ROBERTO FREIRE - PPS	PE-2161/67	2-SEBASTIÃO ROCHA - PDT	AP-2241/47
JOSÉ EDUARDO DUTRA - PT	SE-2391/97	3-MARINA SILVA - PT	AC-2181/87
		PPB	
ESPERIDIÃO AMIN	SC-4206/07	1-LEVY DIAS	MS-1128/1228
EPITACIO CAFETEIRA	MA- 4073/74	2- LEOMAR QUINTANILHA	TO-2073/74
		PTB	
ODACIR SOARES	RO-3218/3219	1-ARLINDO PORTO	MG- 2321/22

REUNIÕES: QUARTAS-FEIRAS ÀS 10:00 HS
SECRETÁRIO: VERA LÚCIA LACERDA NUNES
TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3972/4612

SALA Nº 03-ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3541
FAX: 311-4315

Atualizada em: 05/05/98

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO - CE
PRESIDENTE: SENADOR ARTUR DA TÁVOLA
VICE-PRESIDENTE: JOEL DE HOLLANDA
(27 TITULARES E 27 SUPLENTE)

TITULARES		SUPLENTE	
PFL			
DJALMA BESSA	BA - 2211/12	1-BERNARDO CABRAL	AM-2081/82
HUGO NAPOLEÃO	PI-3085/87	2-VILSON KLEINÜBING	SC-2041/42
JOEL DE HOLLANDA	PE-3197/98	3-LEONEL PAIVA	DF-1046/1146
ÉLCIO ALVARES	ES-3130/32	4-FRANCELINO PEREIRA	MG-2411/12
JOÃO ROCHA	TO-4070/71	5-GILBERTO MIRANDA	AM-3104/05
ROMERO JUCA	RR-2111/17	6-JONAS PINHEIRO	MT-2271/72
ROMEU TUMA	SP-2050/57	7-VAGO (2)	
EDISON LOBÃO	MA-2311/46	8-VAGO	
PMDB			
JOSÉ FOGAÇA	RS-3077/78	1-RAMEZ TEBET	MS-2222/23
FERNANDO BEZERRA	RN-2461/67	2-JOSÉ SAAD	GO-3149/50
ROBERTO REQUIÃO	PR-2401/02	3-NEY SUASSUNA	PB-4345/46
GERSON CAMATA	ES-3203/04	4-NABOR JÚNIOR	AC-1478/1378
JOSÉ SARNEY	AP-3429/31	5-DJALMA FALCÃO	AL-2261/62
JOÃO FRANÇA (1)	RR-3067/68	6-IRIS REZENDE	GO-2032/33
VAGO		7-VAGO	
PSDB			
ARTUR DA TAVOLA	RJ-2431/32	1-JEFFERSON PERES	AM-2061/62
COUTINHO JORGE	PA-3050/4393	2-JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA	ES-2121/22
SERGIO MACHADO	CE-2281/82	3-LÚCIO ALCANTARA	CE-2301/02
TEOTÔNIO VILELA FILHO	AL-4093/94	4-CARLOS WILSON	PE-2451/52
BENI VERAS	CE-3242/43	5-PEDRO PIVA	SP-2351/52
BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PSB, PPS)			
LAURO CAMPOS - PT	DF-2341/42	1-BENEDITA DA SILVA - PT	RJ-2171/72
MARINA SILVA - PT	AC-2181/82	2-ANTONIO C. VALADARES PSB	SE-2201/07
EMILIA FERNANDES - PDT	RS-2331/37	3-SEBASTIÃO ROCHA	AP-2242/44
ABDIAS NASCIMENTO - PDT	RJ-4229/30	4-VAGO	
PPB			
LEVY DIAS	MS-1128/1228	1-ESPÉRIDIO AMIN	SC-1123/1223
LEOMAR QUINTANILHA	TO-2071/72	2-ERNANDES AMORIM	RO-2251/57
PTB			
ODACIR SOARES	RO-3218/19	1-VAGO	

(1) Desfilou-se do PMDB, ingressando no PPB, em 2.10.97

(2) Em virtude da posse do Senador Waldeck Ornelas como Ministro de Estado da Previdência e Assistência Social, em 7.04.98.

REUNIÕES: QUINTAS-FEIRAS ÀS 10:00 HS (*) SALA Nº 15 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA

SECRETÁRIO: JÚLIO RICARDO B. LINHARES TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3276

TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3498/4604 FAX: 311-3121

(*) Horário de acordo com a Ata publicada no DSF de 12.9.97, pgs. 18655/6

Horário regimental: 5ª feiras às 14:00 hs.

Atualizada em: 05/05/98

5) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

PRESIDENTE: SENADOR JOSÉ SARNEY

VICE-PRESIDENTE: SENADOR ROMEU TUMA

(19 TITULARES E 19 SUPLENTE)

TITULARES		SUPLENTE	
		PFL	
GUILHERME PALMEIRA	AL-3245/47	1- VAGO	
HUGO NAPOLEÃO	PI-4478/79	2-BELLO PARGA	MA-3069/72
JOSÉ AGRIPINO	RN-2361/67	3-JOÃO ROCHA	TO-4070/71
BERNARDO CABRAL	AM-2081/87	4-JOSÉ ALVES	SE-4055/57
ROMEU TUMA	SP-2051/57	5-VILSON KLEINÜBING	SC-2041/47
JOEL DE HOLLANDA	PE-3197/99	6- JOSÉ BIANCO	RO-2231/32
		PMDB	
JOSÉ SARNEY	AP-3429/31	1-MARLUCE PINTO	RR-1101/4062
PEDRO SIMON	RS-3230/31	2-FERNANDO BEZERRA	RN-2461/67
CASILDO MALDANER	SC-2141/47	3-MAURO MIRANDA	GO-2091/92
JADER BARBALHO	PA-3051/53	4-GERSON CAMATA	ES-3203/04
VAGO (1)		5-IRIS REZENDE	GO-2032/33
		PSDB	
ARTUR DA TAVOLA	RJ-2431/36	1-JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA	ES-2021/27
CARLOS WILSON	PE-2451/57	2-TEOTÔNIO VILELA FILHO	AL-4093/95
LÚDIO COELHO	MS-2381/87	3-OSMAR DIAS	PR-2121/27
BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PSB, PPS)			
BENEDITA DA SILVA - PT	RJ-2171/77	1-EDUARDO SUPPLY - PT	SP-3215/16
ABDIAS NASCIMENTO - PDT	RJ-3188/89	2-ADEMIR ANDRADE - PSB	PA-2101/02
EMILIA FERNANDES - PDT	RS-2331/37	3-MARINA SILVA-PT	AC-2181/82
		PPB	
LEOMAR QUINTANILHA	TO-2073/74	1-LEVY DIAS	MS-1128/1228
		PTB	
ARLINDO PORTO	MG- 2321/22	1-ODACIR SOARES	RO-3218/19

(1) Em virtude do falecimento do titular, em 13.04.98

REUNIÕES: TERÇAS-FEIRAS ÀS 10:00 HS (*)

SECRETÁRIO: MARCOS SANTOS PARENTE FILHO

TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3259/3496

SALA Nº 07-ALA SEN. ALEXANDRE COSTA

TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3367

FAX: 311-3546

(*) Horário de acordo com a Ata publicada no DSF de 12.9.97, pgs. 18655/6

Horário regimental: 5ª feiras às 10:00 hs.

Atualizada em: 13/05/98

6) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA - CI**PRESIDENTE: VAGO****VICE-PRESIDENTE: SENADOR FREITAS NETO****(23 TITULARES E 23 SUPLENTEs)****TITULARES****SUPLENTEs****PFL**

JOSÉ AGRIPINO	RN-2361/2367	1- JOSAPHAT MARINHO	BA-3173/3174
ROMERO JUCÁ	RR-2111/2117	2- JONAS PINHEIRO	MT-2271/2277
VILSON KLEINÜBING	SC-2041/2047	3- GUILHERME PALMEIRA	AL-3245/3247
ÉLCIO ALVARES	ES-3130/3132	4- JOSÉ ALVES	SE-4055/4057
JOEL DE HOLLANDA	PE-3197/3199	5- ROMEU TUMA	SP-2051/57
HUGO NAPOLEÃO	PI - 4478/4479	6- GILBERTO MIRANDA	AM-1166/3104
ELÓI PORTELA (cessão)	PI - 2131/37	7- VAGO (2)	

PMDB

NABOR JÚNIOR	AC-1478/1378	1- ROBERTO REQUIÃO	PR-2401/2407
MAURO MIRANDA	GO-2091/92	2- RAMEZ TEBET	MS-2221/27
GERSON CAMATA	ES-3203/ 3204	3- CARLOS BEZERRA	MT-2291/2297
IRIS REZENDE	GO-2032/33	4- JOSÉ SARNEY	AP-2351/52
MARLUCE PINTO	RR-1101/4062	5- VAGO	
VAGO (3)		6- VAGO	

PSDB

JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA	ES-2021/2027	1- CARLOS WILSON	PE-2451/2457
JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF-2011/2017	2- COUTINHO JORGE	PA-3050/4393
TEOTÔNIO VILELA FILHO	AL-4093/95	3- OSMAR DIAS	PR-2121/2127
PEDRO PIVA	SP- 2351/52	4- VAGO (1)	

BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PSB, PPS)

JOSÉ EDUARDO DUTRA - PT	SE-2391/2397	1- VAGO	SP-3212/15
ANTONIO C. VALADARES	SE-2201/07	2- EDUARDO SUPLICY (PT)	DF-2341/47
EMILIA FERNANDES - PDT	RS-2331/37	3- LAURO CAMPOS (PT)	

PPB

LEVY DIAS	MS-1128/1228	1- ESPERIDIAO AMIN	SC-1123/1223
ERNANDES AMORIM	RO-2251/57	2- EPITÁCIO CAFETEIRA	MA- 4073/74

PTB

ODACIR SOARES	RO-3218/19	1- ARLINDO PORTO	MG - 2321/22
---------------	------------	------------------	--------------

(1) Falta indicação da liderança conforme nova proporcionalidade da atual sessão legislativa.

(2) Em virtude da posse do Senador Waldeck Ornelas como Ministro de Estado da Previdência e Assistência Social, em 7.04.98.

(3) Em virtude da posse do Senador Renan Calheiros como Ministro de Estado da Justiça, em 7.04.98.

REUNIÕES: TERÇAS-FEIRAS ÀS 10:00 HS (*)**SALA Nº 13-ALA SEN. ALEXANDRE COSTA****SECRETÁRIO: CELSO PARENTE****TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3292 (FAX)****TELEFONES DA SECRETARIA: 311-4354/4607****FAX: 311-3286**

(*) Horário de acordo com a Ata publicada no DSF de 12.9.97, pgs. 18655/6

Horário regimental: 3ª feiras às 14:00 hs.

Atualizada em: 05/05/98

7) COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CFC

(Resolução nº 46, de 1993)

PRESIDENTE: SENADOR JOÃO ROCHA

VICE-PRESIDENTE: SENADOR CARLOS WILSON

(17 TITULARES E 09 SUPLENTE)

TITULARES		SUPLENTE	
		PFL	
JOSAPHAT MARINHO	BA-3173/74	1-VILSON KLEINÜBING	SC-2041/47
JOSÉ ALVES	SE-4055/56	2-FRANCELINO PEREIRA	MG-2411/17
JÚLIO CAMPOS	MT-4064/65	3-DJALMA BESSA	BA - 2211/12
JOÃO ROCHA	TO-4070/71		
GILBERTO MIRANDA	AM-3104/05		
		PMDB	
JOSÉ SAAD	GO-3149/50	1-GILVAM BORGES	AP-2151/57
NEY SUASSUNA	PB-4345/46	2-JOÃO FRANÇA (1)	RR-3067/68
DJALMA FALCÃO	AL-2261/62		
VAGO (2)			
VAGO			
		PSDB	
BENI VERAS	CE-3242/43	1-JOSÉ IGNACIO FERREIRA	ES-2121/22
CARLOS WILSON	PE-2451/57	2-COUTINHO JORGE	PA-3050/4393
PEDRO PIVA	SP-2351/52		
BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PSB, PPS)			
EDUARDO SUPPLY - PT	SP-3215/16	1-BENEDITA DA SILVA - PT	RJ-2171/77
VAGO			
		PPB	
EPITACIO CAFETEIRA	MA-4073/74	1-ERNANDES AMORIM	RO-2051/55
		PTB	
ODACIR SOARES	RO-3218/3219	ARLINDO PORTO	MG - 2321/22

(1) Desfilou-se do PMDB, ingressando no PPB, em 2.10.97.

(2) Em virtude do falecimento do titular, em 13.04.98

REUNIÕES: QUARTAS-FEIRAS ÀS 17:00 HS (*) SALA Nº 06-ALA SEN. NILO COELHO

SECRETÁRIO: JOSE FRANCISCO B. CARVALHO TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3254

TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3935/3519 FAX: 311-1060

(*) Horário de acordo com a Ata publicada no DSF de 12.9.97, pág. 18655/6

Atualizada em: 18/05/98

7.1) COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CFC

(*) SUBCOMISSÃO DESTINADA À FISCALIZAÇÃO DAS ENTIDADES FECHADAS DE PREVIDÊNCIA PRIVADA (FUNDOS DE PENSÃO), QUE TENHAM COMO PATROCINADOR A UNIÃO E O SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL

PRESIDENTE: SENADOR JOSÉ ALVES

VICE-PRESIDENTE: SENADOR BENI VERAS

(07 TITULARES E 04 SUPLENTEs)

TITULARES		SUPLENTEs	
		PFL	
JOSÉ ALVES	SE-4055/56	1-VILSON KLEINUBING	SC-2041/47
GILBERTO MIRANDA	AM-3104/05	2- VAGO (2)	
		PMDB	
VAGO (3)		JOÃO FRANÇA (1)	RR-3067/68
VAGO			
		PSDB	
BENI VERAS	CE-3242/43	COUTINHO JORGE	PA-3050/4393
BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PSB, PPS)			
EDUARDO SUPLYCY- PT	SP-3215/16		
VAGO			
		PPB + PTB	
EPITACIO CAFETEIRA	MA-4073/74	ERNANDES AMORIM	RO-2051/55

(1) Desfilou-se do PMDB, ingressando no PPB, em 2.10.97.

(2) Em virtude da posse do Senador Waldeck Ornelas como Ministro de Estado da Previdência e Assistência Social, em 7.04.98.

(3) Em virtude do falecimento do titular, em 13.04.98.

REUNIÕES:

SALA Nº 06-ALA SEN. NILO COELHO

SECRETÁRIO: JOSE FRANCISCO B. CARVALHO TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3254

TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3935/3519 FAX: 311-1060

ANDAMENTO

EM 10.9.97 FOI DESIGNADO RELATOR O SENADOR GILBERTO MIRANDA

Atualizada em: 14/04/98.

7.2) COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CFC
SUBCOMISSÃO DESTINADA À FISCALIZAR OS RECURSOS FEDERAIS REPASSADOS AO
GOVERNO DE RONDÔNIA

PRESIDENTE: SENADOR GILBERTO MIRANDA

VICE-PRESIDENTE: SENADOR BENI VERAS

(07 TITULARES E 04 SUPLENTE)

TITULARES

SUPLENTE

		PFL	
JULIO CAMPOS	MT-4064/65	1-VILSON KLEINUBING	SC-2041/42
GILBERTO MIRANDA	AM-3104-05	2-FRANCELINO PEREIRA	MG-2411/17
		PMDB	
JOSE SAAD	GO-3148/50	2-JOÃO FRANÇA	RR-3067/68
NEY SUASSUNA	PB-4345/46		
		PSDB	
BENI VERAS	CE-3242/43	2 - COUTINHO JORGE	PA-3050/4393
		BLOCO OPOSIÇÃO (PT-PDT-PSB-PPS)	
EDUARDO SUPPLY-PT	SP-3215/16		
		PPB + PTB	
ERNADES AMORIM	RO-2251/55		

REUNIÕES:

SECRETÁRIO: JOSÉ FRANCISCO B. DE CARVALHO

TELEFONES DA SECRETARIA: 3935 / 3519

Fax 311-1060

ALA SENADOR NILO COELHO

SALA Nº 06 - telefone: 311-3254

ATUALIZADA EM: 29/04/98

ANDAMENTO

EM 29.04.98 FOI DESIGNADO RELATOR O SENADOR COUTINHO JORGE

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL
 (Representação Brasileira)

Presidente de honra: Senador José Sarney

PRESIDENTE: SENADOR LÚDIO COELHO
 VICE-PRESIDENTE: DEPUTADO JÚLIO REDECKER
 SECRETÁRIO-GERAL: DEPUTADO PAULO BORNHAUSEN
 SECRETÁRIO-GERAL ADJUNTO: DEPUTADO GERMANO RIGOTTO
 (16 TITULARES E 16 SUPLENTE)

TITULARES	SUPLENTE
SENADORES	
PMDB	
JOSE FOGAÇA	1 - PEDRO SIMON
CASILDO MALDANER	2 - ROBERTO REQUIÃO
PFL	
VILSON KLEINUBING	1 - JOEL DE HOLLANDA
DJALMA BESSA	2 - JÚLIO CAMPOS
PSDB	
LUDIO COELHO	1 - JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA
PPB	
LEVY DIAS	1 - ESPERIDIAO AMIN
PTB	
JOSE EDUARDO	
BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PSB, PDT, PPS)	
BENEDITA DA SILVA	EMÍLIA FERNANDES
TITULARES	SUPLENTE
DEPUTADOS	
PFL/PTB	
PAULO BORNHAUSEN	VALDOMIRO MEGER
JOSÉ CARLOS ALELUIA	BENITO GAMA
PMDB	
EDISON ANDRINO	CONFÚCIO MOURA
GERMANO RIGOTTO	ROBSON TUMA
PSDB	
FRANCO MONTORO	NELSON MARCHEZAN
CELSO RUSSOMANO	RENATO JONHSSON
PPB	
JULIO REDECKER	
PT/PDT/PC do B	
MIGUEL ROSSETTO	LUIZ MAINARDI
SECRETARIA DA COMISSÃO:	

ENDEREÇO: CÂMARA DOS DEPUTADOS - ANEXO II - SALA T/24 - BRASÍLIA - DF - 70160-900
 FONE: (55) (061) 3187436 3187186 318-8232 318-7433
 FAX: (55) (061) 3182154
 SECRETÁRIA: LOURDES MELO NUNES DE CARVALHO

Atualizada em 05/05/97.

**CONSELHO COMPOSTO
NOS TERMOS DA RESOLUÇÃO
Nº 1, DE 1998 - CN**

**CONSELHO DESTINADO A PROCEDER
À APRECIÇÃO DOS TRABALHOS ALUSIVOS À COMEMORAÇÃO
DO CENTENÁRIO DE MORTE DO POETA CRUZ E SOUSA**

(Resolução nº 1, de 1998-CN)

SENADORES

Antonio Carlos Magalhães (membro nato)
Ronaldo Cunha Lima
Esperidião Amin
Abdias Nascimento

DEPUTADOS

Paulo Gouvêa
Miro Teixeira

COMISSÃO DE JULGAMENTO

Senador Abdias Nascimento
Senador Esperidião Amin
Deputado Paulo Gouvêa
Gerardo Mello Mourão - poeta e escritor
Iaponan Soares - professor e vice-
presidente do Conselho de Cultura do
Estado de Santa Catarina



Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal

Via N-2, Unidade de Apoio III. Praça dos Três Poderes. CEP 70165-900. Brasília, DF.

CD-ROM Legislação Brasileira

1997

Quarta edição

Co-edição SDINF/SSANL/PRODASEN

- Todas as normas de hierarquia superior a decreto-executivo editadas entre o ano de 1946 e 31 de janeiro de 1997.
- Para cada norma apresentada, é fornecida a lista de normas editadas posteriormente a ela e que a alteraram.
- Os textos integrais das normas editadas a partir de 1987 passaram a estar disponíveis nesta edição.
- As demais normas são apresentadas em documentos-resumo, acompanhadas de informações suficientes para que seja localizado o documento em uma coleção de leis.
- Esta quarta edição do CD-ROM Legislação Brasileira ainda inclui o banco de dados BBD (Biblioteca Brasileira de Direito), composto do acervo de informações jurídicas descritivas (doutrina) originadas das coleções de 17 bibliotecas que participam da Rede SABI de Bibliotecas.

Valor Unitário: R\$ 65,00 (sessenta e cinco reais).

Despesas Postais: R\$ 5,00 (cinco reais) para cada CD.

O pedido deverá ser acompanhado de original do recibo de depósito a crédito do FUNDASEN, Caixa Econômica Federal, Agência 0005, conta nº 950.056-8, operação 006.

**Preencha o cupom abaixo e envie-nos hoje mesmo,
juntamente com o original do recibo de depósito.**

DESTINATÁRIO			
Nome:			
Endereço:			
CEP:	Cidade:	UF:	País:
Fones:		Fax:	
Quantidade solicitada:			

Solicite nosso catálogo pelos telefones: (061) 311-3575, 311-3576 e 311-3579.

Fax: (061) 311-4258. E-Mail: ssetec@admss.senado.gov.br



Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal

Via N-2, Unidade de Apoio III. Praça dos Três Poderes. CEP 70165-900. Brasília, DF.

REVISTA DE INFORMAÇÃO LEGISLATIVA

Periodicidade Trimestral

Assinatura para o ano de 1997

Números 133-136

R\$ 40,00

Os pedidos deverão ser acompanhados de original do recibo de depósito a crédito do FUNCEGRAF, Caixa Econômica Federal, Agência 1386, conta nº 920.001-2, operação 006; ou junto ao Banco do Brasil, Agência 0452-9, conta nº 55.560.204-4.

**Preencha o cupom abaixo e envie-nos hoje mesmo,
juntamente com o original do recibo de depósito.**

DESTINATÁRIO			
Nome:			
Órgão:			
Unidade:			
Endereço:			
CEP:	Cidade:	UF:	País:
Telefones para contato:			

Outras informações pelos fones: 311-3575/3576/3579. Fax: 311-4258. E-Mail: ssetec@admass.senado.gov.br



Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal

Via N-2, Unidade de Apoio III, Praça dos Três Poderes, CEP 70.165-900, Brasília, DF.
Fones: (061) 311-3575/3576/3579. Fax: (061) 311-4258. E-Mail: ssetec@admass.senado.gov.br

Publicações

Solicite hoje mesmo nosso catálogo!

Agenda 21 (R\$ 10,00). Relatório da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, realizada no Rio de Janeiro em setembro de 1992.

A Vida do Barão do Rio Branco (R\$ 20,00) – Luis Viana Filho. Obra social, política e diplomática de José Maria da Silva Paranhos, o Barão do Rio Branco.

Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (R\$ 5,00). Texto Constitucional de 5/out/1988 com as alterações introduzidas pelas ECs nº 1 a 15 e ECRs nº 1 a 6.

Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 – Quadro Comparativo (R\$15,00). Constituição de 1988, atualizada em 1995, comparada às Constituições de 1946 e 1967 e à EC nº 1 de 1969. Contém quadro comparativo, tabela de correspondência dos artigos comparados e índice.

Dados Biográficos dos Presidentes do Senado Federal (R\$ 2,00). Principais fatos da vida administrativa, trabalhos publicados, condecorações, missões no exterior.

Direitos Humanos – Declarações de Direitos e Garantias (R\$ 10,00) – José Vicente dos Santos (pesq. e índice). Dispositivos constitucionais que abordam os direitos e garantias fundamentais do homem, na Constituição de vários países, inclusive na Carta Magna do Brasil.

Estatuto da Criança e do Adolescente (R\$ 4,00). Lei nº 8.069/90, de acordo com as alterações dadas pela Lei nº 8.241/91; legislação correlata e índice.

Guia das Eleições de 1996 e Suplemento (R\$ 10,00). Guia: Leis nº 9.096/95 e 9.100/95, Resoluções do TSE nº 19.380/95, 19.382/95 e 19.406/95. Suplemento: Resoluções do TSE nº 19.509 e 19.516/96.

Legislação Eleitoral no Brasil (do século XVI a nossos dias) (R\$ 60,00) – Nelson Jobim e Walter Costa Porto (orgs.). Compilação da legislação eleitoral brasileira, desde a época colonial a nossos dias.

Levantamento e Reedições de Medidas Provisórias (R\$ 5,00) – Subsecretaria de Análise do Senado Federal. Registro das MPs editadas durante os 8 anos que se sucederam à criação deste dispositivo legal, tabela sequencial de edições das MPs, assinalando critérios de edições anteriores, reedições com alteração de texto e de transformação em lei, catálogo temático das MPs e referências bibliográficas.

Licitações, Concessões e Permissões na Administração Pública (R\$ 4,00). Leis nº 8.666/93; 8.883/94; 8.987/95, dispositivos da Constituição Federal sobre a matéria e legislação correlata. Índices temáticos das Leis nº 8.666/93 e 8.987/95.

Meio Ambiente – Legislação (R\$ 20,00). Dispositivos constitucionais, atos internacionais. Código Florestal, Código de Mineração, legislação federal e índice temático.

Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos Civis e Legislação Complementar (R\$ 4,00). Dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais e legislação complementar.

Coleção Memória Brasileira

– **A Constituinte perante a História (R\$ 8,00).** História do sistema constitucional brasileiro, no período de 1822 a 1862. Estudos sobre a Constituinte brasileira de 1823. Coletânea de documentos representativos dos trabalhos legislativos da época.

Coleção Grandes Vultos que Honraram o Senado

– **Teotônio Vilela (R\$ 10,00).** Biografia do Senador da República Teotônio Vilela, seu perfil parlamentar, resumo de suas atividades públicas, discursos e projetos, literatura citada.

Coleção Estudos da Integração (em português e espanhol)

– **Volume 9 (R\$ 3,00).** "O Atributo da Soberania", de Heber Arbuét Vignali.

– **Volume 10 (R\$ 3,00).** "A Arbitragem nos Países do Mercosul", de Adriana Noemi Pucci.



Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal

Via N-2, Unidade de Apoio III, Praça dos Três Poderes, CEP 70165-900, Brasília, DF.

Revista de Informação Legislativa

Nº 133 - jan./mar. 1997

Leia neste número:

Carlos Frederico Marés de Souza Filho - O Direito Constitucional e as lacunas da lei.

Semira Adler Vaisencher e Angela Simões de Farias - Júri popular: algumas possibilidades de condenação ou absolvição.

Cláudio Roberto C. B. Brandão - A importância da conceituação da antijuridicidade para a compreensão da essência do crime.

Oswaldo Rodrigues de Souza - Reflexões sobre os institutos da transposição e transformação de cargos públicos.

Ricardo Antônio Lucas Camargo - O direito ao desenvolvimento, a sociedade ocidental e a sociedade tribal no caso brasileiro.

Cármem Lúcia Antunes Rocha - 'Sobre a súmula vinculante.

Sérgio Sérvulo da Cunha - Conflito possessório e positivismo ético. O agente público em face da decisão legal.

Antônio Carlos Moraes Lessa - Instabilidade e mudanças: os condicionamentos históricos da política externa brasileira sob Geisel (1974-1979).

Marçal Justen Filho, Egon Bockmann Moreira e Eduardo Talamini - Sobre a hipoteca judiciária.

Maria Paula Dallari Bucci - Políticas públicas e direito administrativo.

Guilherme Silva Barbosa Fregapani - Formas alternativas de solução de conflitos e a Lei dos Juizados Especiais Cíveis.

Marcílio Toscano Franca Filho - A Alemanha e o Estado de Direito: apontamentos de teoria constitucional comparada.

Carlos David S. Aarão Rels - A matematização do Direito e as origens da Parte Geral do Direito Civil.

Jete Jane Florati - A Convenção das Nações Unidas

sobre Direito do Mar de 1982 e os organismos internacionais por ela criados.

Silvio Dobrowolski - Crime de omissão de recolhimento de impostos e de contribuições: aspectos constitucionais.

Kátia Magalhães Arruda - A responsabilidade do juiz e a garantia de independência.

A. Machado Paupério - Os irracionais de nossa democracia III.

Fernando Braga - Conservadorismo, liberalismo e social-democracia: um estudo de direito político.

Álvaro Melo Filho - Resolução sobre passe: irracionalidades e injuridicidades.

Fabiano André de Souza Mendonça - Democracia e legalidade da tributação na Constituição Federal de 1988.

Fernando Cunha Júnior - Suspensão condicional do processo. Homicídio. Omissão de socorro.

Paulo José Leite Farias - Mutação constitucional judicial como mecanismo de adequação da Constituição Econômica à realidade econômica.

Maria Coeli Simões Pires - Reforma administrativa: reflexões sob a perspectiva político-filosófica.

Jarbas Maranhão - O Estadista Agamemnon Magalhães: a Lei Antitruste e a Conferência do Clube Militar.

Roberto Freitas Filho - A "flexibilização" da legalidade nas práticas conciliatórias na Justiça do Trabalho.

Nuria Belloso Martín - Comunidades Europeas, Unión Europea y Justicia Comunitaria.

Francisco Eugênio M. Arcanjo - Convenção sobre Diversidade Biológica e Projeto de Lei do Senado nº 306/95: soberania, propriedade e acesso aos recursos genéticos.

Vitor Rolf Laubé - A Previdência no âmbito municipal.

Claudia de Rezende M. de Araújo - Extrafiscalidade.

PARA FAZER SUA ASSINATURA DA RIL: Os pedidos deverão ser acompanhados de original do recibo de depósito a crédito do FUNCEGRAF, Caixa Econômica Federal, Agência 1386, conta nº 920.001-2, operação 006; ou junto ao Banco do Brasil, Agência 0452-9, conta nº 55.560.204-4.

Assinatura para o ano de 1997. Periodicidade trimestral. Números 133 a 136: R\$ 40,00.

Preencha o cupom abaixo e envie-nos hoje mesmo, juntamente com o original do recibo de depósito.

DESTINATÁRIO	
Nome:	
Órgão:	
Unidade:	
Endereço:	
CEP:	Cidade:
UF:	País:
Fones:	Fax:

Outras informações pelos fones: 311-3575/3576/3579. Fax: 311-4258. E-Mail: ssetec@admass.senado.gov.br



Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal

Via N-2, Unidade de Apolo III, Praça dos Três Poderes, CEP 70.165-900, Brasília, DF.
Fones: (061) 311-3575/3576/3579. Fax: (061) 311-4268. E-Mail: ssetec@admass.senado.gov.br

Publicações

Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (R\$ 5,00). Texto Constitucional de 5/out/1988 com as alterações introduzidas pelas ECs nº 1 a 15 e ECRs nº 1 a 6.

Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 – Quadro Comparativo (R\$15,00). Constituição de 1988, atualizada em 1995, comparada às Constituições de 1946 e 1967 e à EC nº 1 de 1969. Contém quadro comparativo, tabela de correspondência dos artigos comparados e índice.

Direitos Humanos – Declarações de Direitos e Garantias (R\$ 10,00) – José Vicente dos Santos (pesq. e índice). Dispositivos constitucionais que abordam os direitos e garantias fundamentais do homem, na Constituição de vários países, inclusive na Carta Magna do Brasil.

Estatuto da Criança e do Adolescente (R\$ 4,00). Lei nº 8.069/90, de acordo com as alterações dadas pela Lei nº 8.241/91; legislação correlata e índice.

Guia das Eleições de 1996 e Suplemento (R\$ 10,00). Guia: Leis nº 9.096/95 e 9.100/95, Resoluções do TSE nº 19.380/95, 19.382/95 e 19.406/95. Suplemento: Resoluções do TSE nº 19.509 e 19.516/96.

Levantamento e Reedições de Medidas Provisórias (R\$ 5,00) – Subsecretaria de Análise do Senado Federal. Registro das MPs editadas durante os 8 anos que se sucederam à criação deste dispositivo legal; tabela seqüencial de edições das MPs, assinalando critérios de edições anteriores, reedições com alteração de texto e de transformação em lei, catálogo temático das MPs e referências bibliográficas.

Licitações, Concessões e Permissões na Administração Pública (R\$ 4,00). Leis nº 8.666/93; 8.883/94; 8.987/95; dispositivos da Constituição Federal sobre a matéria e legislação correlata. Índices temáticos das Leis nº 8.666/93 e 8.987/95.

Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos Civis e Legislação Complementar (R\$ 4,00). Dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais e legislação complementar

Solicite hoje mesmo nosso catálogo!

DIÁRIOS DO CONGRESSO NACIONAL

PREÇO DE ASSINATURA SEMESTRAL

Assinatura DCD ou DSF s/o porte	R\$ 31,00
Porte de Correio	R\$ 96,60
Assinatura DCD ou DSF c/o porte (cada)	R\$ 127,60
Valor do número avulso	R\$ 0,30
Porte avulso	R\$ 0,80

DIÁRIOS DO CONGRESSO NACIONAL

PREÇO DE ASSINATURA ANUAL

Assinatura DCD ou DSF s/o porte	R\$ 62,00
Porte de Correio	R\$ 193,20
Assinatura DCD ou DSF c/o porte (cada)	R\$ 255,20
Valor do número avulso	R\$ 0,30
Porte avulso	R\$ 0,80

ug = 020002
gestão = 02902

Os pedidos deverão ser acompanhados de Nota de Empenho, Ordem de Pagamento pela Caixa Econômica Federal - Agência 1386-2 PAB SEEP, conta nº 920001-2, Banco do Brasil, Agência 0452-9 Central, conta nº 55560204-4 ou recibo de depósito via FAX (061) 2245450, a favor do FUNSEEP, indicando a assinatura pretendida.

SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES
PRACA DOS TRÊS PODERES S/Nº - BRASÍLIA - DF - CEP 70165-900
CGC. 00.530.279/0005-49

Obs.: Não será recebido cheque via carta para efetivar assinaturas dos DCN.

Maiores informações pelos telefones (061) 311-3812 e (061) 311-3803, Serviço de Administração Econômica-Financeira/Controle de Assinaturas, com José Leite, Ivanir Duarte Mourão ou Solange Viana Cavalcante.



EDIÇÃO DE HOJE: 48 PÁGINAS